



Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezanove horas e quinze minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

#### **A - VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM**

##### **a) Chamada**

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

**Partido Socialista** – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

**Partido Social Democrata** – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho.

**CHEGA** – Nuno Miguel da Costa Gabriel e Luís Miguel Leitão Maurício.

**Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Mariana Vieira Crespo.

**Presidentes de Junta** – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Sónia Isabel Leal Maurício Martins.

**b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU, apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes e Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, António Miguel da Costa Ferreira e Alexandre Miguel Cardoso Teles, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 e 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Iniciativa Liberal, apresentou pedido de substituição, Flávio Miguel Matos Lança, conforme documento registado sob o n.º 9, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**c) Substitutos e sua posse**

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da IL, José Luís Ciriaco Valente Magoito, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**d) Faltas**

Não houve faltas.

**B - PERIODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Temos três inscrições do público (conforme documentos registados sob os n.ºs 12 a 14, arquivados em pasta anexa à presente ata) e cada intervenção tem a duração de 5 minutos cada.

**Ana Quintino** – Agradeço a sua lembrança em relação ao período que me é concedido, muito embora, como público tenho direito a falar e a dizer aquilo que entendo num espaço que me seja mais alargado. De qualquer forma não me vou prolongar demasiado e hoje há, certamente, um tema que está na berra, mas vou deixar para quem de direito. Há, certamente, aqui pessoas que irão questionar e pôr em causa aquilo que aconteceu e pedir justificações sobre o que aconteceu e que foi vergonhoso. Mas existe outra situação nesta cidade que se passa e que, também, é vergonhosa e é em relação a ela que me vou focar. Como disse, o meu nome é Ana Quintino, sou advogada, tenho escritório na Avenida Luísa Todi e tal como muitas outras pessoas que trabalham na Avenida Luísa Todi, estamos, neste momento, a deparar-nos com um problema que é a invasão, peço desculpa pela palavra, porque é uma palavra que o Partido Comunista não gosta muito, vou, talvez, substituí-la por intervenção abrupta de parquímetros na cidade. Aquilo que queremos, os que trabalham na Avenida Luísa Todi e que são muitos, para além dos residentes, é saber o que é que este Presidente da Câmara tem para nos apresentar em termos de alternativa de estacionamento.

Tanto quanto sei, é obrigatório haver manchas pela cidade de estacionamento gratuito, atribuição de bolsas gratuitas e pergunto onde elas estão? Porque efetivamente não há um espaço, e dei-me ao trabalho, durante estes dias, depois de sair do meu escritório de andar pela cidade a dar voltas junto à baixa para saber quais eram os locais alternativos para estacionamento. Não sou daquelas pessoas que precise de estacionar o carro à porta do escritório, mas efetivamente não tenho nenhum local gratuito para estacionar o meu carro. Curiosamente vim à Câmara Municipal de Setúbal, na semana passada, para me informar sobre o que era necessário para adquirir o dístico e deram-me a informação de que nem sequer é a Câmara Municipal que concede os dísticos aos empresários e aos residentes, é a empresa concessionária. E, fica à sua livre descrição a atribuição deste dístico. Dístico, que no caso dos empresários, tais como eu, ou profissionais liberais vão ter um custo acrescido de 25 euros mensais, se conseguir o dístico, porque se não conseguir, de acordo com as contas que fiz, vou ter um acréscimo na ordem dos 150 euros mensais para poder estacionar o carro e trabalhar.

Senhor Presidente, queremos informação sobre a situação da concessão destes parquímetros a esta empresa, queremos informação sobre os termos em que o mesmo foi feito, valores que estão aqui em causa e mais do que isso, Sr. Presidente, queremos que a cidade nos pertença e não que tenhamos que pagar constantemente por ela. Estamos na cidade onde a água é mais cara, estamos na cidade onde pagamos a taxa superior do IMI, é vergonhoso para um partido que se diz amigo do povo.

São estas situações que queremos ver esclarecidas, mas no sentido de resposta Sr. Presidente, não é esclarecido a dizer o que é que vão fazer, são respostas e imediatas.

**Sandra Mendes** – Tal como a minha colega que aqui esteve a falar, também sou advogada nesta cidade e também quero esclarecimentos acerca do que se está aqui a passar.

É vergonhoso o que se passa nesta cidade relativamente ao estacionamento, não há alternativas de estacionamento e, portanto, quero uma resposta do Sr. Presidente que, como partido representante do povo, o Partido Comunista que defende todos os interesses do povo

Só tenho uma coisa a dizer ao Sr. Presidente, está de parabéns, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal. Parabenizo-o, porque o senhor acabou com o comércio local, acabou com a Praça, acabou com todos os pequenos negócios que haviam aqui e porquê? Porque as pessoas preferem estacionar o carro no Jumbo, vão para o Alegro, para as grandes superfícies, onde não têm problemas de estacionamento, não há pagamentos e não existe qualquer problema. E o que é que acontece com o pequeno comércio local? É abandonado pela câmara que tanto se diz amiga do povo.

Não consigo estacionar o meu carro, a partir do momento em que entre em vigor o pagamento dos parquímetros, porque também me terá um acréscimo, tal como à minha colega, de 25 euros mensais. Também moro numa zona em que na minha área de residência também vou ter que pagar para estacionar, portanto, pago em casa e pago para trabalhar. Poder-me-iam dizer que podia deixar o carro à porta de casa e vir a pé para o escritório, mas tenho 2 filhos, um anda na Escola Sebastião da Gama e o outro anda na Lima de Freitas e não me posso dar ao luxo de andar a pé e ir buscar a minha filha a uma escola e ir buscar o meu filho a outra escola, então não trabalho. Quero saber quais são as alternativas que existem ao estacionamento na nossa cidade. Aliás, o que ainda acho mais inconcebível é que até em áreas onde era proibido estacionar na faixa de rodagem da Avenida Luísa Todi existe parquímetros, isto é

inadmissível. De baixo da ponte existem parquímetros.

Quero, tal como a minha colega Ana Quintino, saber onde está o contrato de concessão, quero saber os valores e quero uma resposta às manchas gratuitas, onde estão as bolsas gratuitas de estacionamento.

Fui contactada por alguns dos meus clientes, tenho o escritório na Rua Ocidental do Mercado, junto ao Mercado do Livramento, e existe ali uma população muito idosa, os quais foram informados que teriam direito ao dístico de estacionamento por serem residentes. Os senhores dirigiram-se ao escritório da Datarede, porque a câmara já não tem qualquer responsabilidade sobre o assunto, e o escritório está encerrado indefinitivamente por motivos de Covid e pergunto onde é que os senhores poderão ter acesso a solicitar a sua bolsa de estacionamento? Ofereci-me para tratar e fiz todas as diligências no sentido de os senhores terem acesso e até agora a resposta foi zero, nem um e-mail a dizer que tinham rececionado o pedido. O facto é que, a partir de segunda-feira, o estacionamento vai ser pago naquela área, e pergunto como é que pessoas com reformas de 300 euros vão pagar o estacionamento, porque nem sempre têm acesso ao dístico.

Senhor Presidente, queremos respostas e é agora. Muito obrigada.

**Presidente da Mesa** – Agora tem a palavra não sei bem quem, porque o nome está ilegível e não tem mais indicação nenhuma, será Pavlo Sadokho? Alguém que tenha um nome parecido? Não estando presente, vamos continuar.

**Paula Soeiro** – Penso que se deve tratar do Sr. Presidente da Associação dos Ucrrianos em Portugal, mas que ainda não deve ter chegado aqui aos Paços do Concelho. Será o senhor Pavlo Sadokha.

#### a) INTERVENÇÃO DO EXECUTIVO

**Presidente da Câmara** – Relativamente às duas intervenções que foram feitas pelo público, as quais agradecemos, às vezes pode não parecer, mas esta Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal ouvem os munícipes, estão atentos, conhecem as situações e atuam em conformidade com os compromissos que assumem.

Naturalmente que se compreende a forma como os senhores munícipes, por vezes, se dirigem e a forma como o fazem aos órgãos autárquicos e sobre isso compreendo e não me vou referir a essa forma. Relativamente às questões em concreto, quero chamar a atenção para o seguinte, o estacionamento tarifado e a concessão foram aprovados na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal e há uma empresa, a qual ganhou o concurso, que assume essa responsabilidade aqui em Setúbal, como acontece em qualquer outra cidade deste país e suponho até por essa Europa fora.

Relativamente à informação sobre as condições do estacionamento, também a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram o regulamento de estacionamento na cidade de Setúbal, porque se trata de um regulamento com efeitos externos, foi colocado em discussão pública, voltou à Câmara Municipal para apreciar as questões que foram colocadas na discussão pública e depois veio à Assembleia Municipal. O Regulamento Municipal que está em vigor sobre o estacionamento teve estes procedimentos e foi aprovado na Câmara Municipal, teve discussão pública e foi aprovado na Assembleia Municipal e é isto que está em vigor.

Relativamente à questão do estacionamento tarifado em Setúbal, estamos a atravessar uma situação que as pessoas, de uma maneira geral, não estão habituadas, mas é preciso também perceber e ter a ideia de que em Setúbal existe estacionamento tarifado desde 1996, se a memória não me falha, agora o que aconteceu com esta concessão que foi feita a esta empresa é que foi alargada a área do estacionamento tarifado. O que posso dizer sobre isto é que ninguém gosta de estacionamento tarifado, eu não gosto. O que temos, como autarquia local que tem a responsabilidade da gestão do espaço público, é gerir esse espaço público e como acontece em qualquer cidade deste país, suponho eu, e sobretudo naquelas que têm centros históricos e que têm maior atividade urbana, todas têm estacionamento tarifado e as que não têm, certamente, têm problemas graves de engarrafamentos, etc., mesmo as que têm estacionamento tarifado, as que têm maior concentração de atividades no centro histórico ou nos centros das cidades têm esses problemas.



Desde há vários anos que vimos intervindo na via pública no sentido de retirar os carros de cima dos passeios, que foi o que encontrámos aqui e há meia dúzia de anos que fomos intervindo no espaço público, retirando os carros de cima dos passeios, fazendo estacionamento para os carros, estreitando as vias, alargando os passeios no sentido de que os cidadãos possam melhor viver no espaço público e que os carros também tenham o seu espaço próprio. Isto é intervir no sentido de ter uma gestão mais adequada do espaço público, é o que temos feito e as intervenções estão à vista ao longo de vários anos. Agora havia aqui uma questão que pode ser discutível, ou a Câmara Municipal assumia ela própria o estacionamento tarifado, ou fazia uma concessão. O que acontece é que, aliás, como parece que acontece na maior parte das cidades, temos a ideia de que a Câmara Municipal não tem condições, nem capacidade técnica instalada e que os custos seriam avultados de ser a própria Câmara Municipal a fazer esta gestão do estacionamento tarifado. Portanto, entendeu a câmara, há mais de um ano, como estes processos são morosos, aliás, creio que estes regulamentos e esta concessão já tem mais de um ano, já foram decididas há mais de um ano e, naturalmente, que é agora o tempo de empresa desenvolver o que são os compromissos que assumiu e de desenvolver este processo. Naturalmente que nestas situações acontecem sempre alguns casos e que a câmara tem que estar atenta e procurar resolver e é o que estamos a fazer. Detetámos, até agora, algumas situações que são as mais preocupantes, estou-me a referir no caso dos pescadores, tendo em conta os horários em que os pescadores operam e, portanto, está a ser encontrada, em conjunto com os próprios pescadores, uma solução para resolver esse problema.

Temos um problema com os operadores do Mercado do Livramento, está a haver reuniões com esses operadores no sentido de encontrar soluções para resolvermos esse problema. Não quer dizer que não venham a acontecer outros casos, é importante estarmos atentos, sempre disponíveis e empenhados, naturalmente, em corresponder a soluções que digam respeito a grupos ou situações que justifiquem a nossa intervenção.

Há uma outra questão, é que neste processo do estacionamento tarifado os residentes não pagam estacionamento, na sua área de residência não tem pagamento tarifado. Portanto, volto a dizer que não sou favorável ao estacionamento tarifado, ninguém é, ninguém gosta de pagar e fomos habituados, ao longo da nossa vida, a adquirir um carro e a utilizar os estacionamentos no espaço público, foi aquilo que aprendemos e foi o que nos ensinaram. Quando chegamos a uma determinada situação, das cidades, neste caso quem tem a responsabilidade de gerir esse espaço público, tem de tomar decisões e é isso que temos feito. Por essas cidades, como já referi, o que existe, de facto, são o estacionamento tarifado, que é, digamos assim, a melhor das formas ou a forma mais adequada dos mais penalizadores para quem tem carro. Mas há aqui questões que, nos tempos que correm, são fundamentais para a vida nas cidades e que tem a ver, por um lado, com a segurança dos cidadãos, por outro lado, com as cidades terem espaço para os cidadãos poderem circular e não andarem no meio da via como tem acontecido ou como acontecia anteriormente e, por outro lado, porque esta situação do ponto de vista do bem-estar e da saúde pública dos cidadãos é também muito importante. Estes valores, são valores universais e que dizem respeito a todos

Relativamente à questão do que é comumente designado como os parques de estacionamento da periferia, existem na nossa cidade já parques de estacionamento que estão identificados que, aliás, tinham sido identificados quando, em anos anteriores, foram criados para dar apoio a quem utilizava o transporte público para acesso às praias. Esses parques de estacionamento estão já identificados, são do conhecimento das pessoas. Creio que, dentro de uma semana, haverá a informação de mais parques de estacionamento desta natureza para quem vier de fora e necessitar desses locais para estacionar os carros e para depois se movimentar dentro da cidade. Isso é uma garantia que dou aqui de que esse trabalho está a ser desenvolvido, suponho que no final da próxima semana haverá condições para serem anunciados esses novos locais, os quais serão devidamente sinalizados, assim como os atuais que estão identificados e que serviram de apoio às pessoas que têm utilizado o transporte público para as praias. É isto que posso dizer, a Câmara Municipal continua atenta, continua disponível para encontrar soluções para estes problemas maiores que possam surgir.

Quanto a essas ideias de que o comércio local, a atividade tradicional vai morrer, etc., não é isso que verificamos nas cidades onde estas situações já existem há muitos anos, antes pelo contrário, não posso agora aqui dar exemplos, mas é fácil perguntar. Por exemplo, em Lisboa ou em outras cidades, onde se fez

o corte de circulação em determinadas artérias e que mais tarde se veio a verificar que eram as artérias de preferência para quem consumia no comércio local.

**Paulo Lopes (PS)** – Há uma intervenção de munícipes, há tempo previsto para todas as bancadas poderem intervir e gostaria de poder intervir nesse sentido, se puder muito bem, se não aceitarei a sua decisão, mas penso que se impõe uma pequena intervenção.

**Presidente da Mesa** – Senhor deputado, podemos acordar nesta circunstância e excecionalmente, porque o regimento não prevê que cada bancada possa fazer uma intervenção, mas não houve interpelação a nenhuma bancada, foi diretamente ao Sr. Presidente sobre um tema concreto. Se depois fizermos um debate sobre a intervenção do público, estamos a introduzir uma outra figura no regimento.

**Paulo Lopes (PS)** – Julgo que, enquanto eleito tenho o direito de responder e dar aquilo que é a posição do partido aos munícipes que intervieram sobre uma matéria que é relevante.

**Presidente da Mesa** – Se o senhor deputado tem, todos os outros partidos também têm e abrimos um debate.

**Paulo Lopes (PS)** – Não, não é um debate sobre aquilo que os munícipes vêm colocar aqui, mas acho que merecem ter resposta de todos os partidos que assim o queiram fazer, é a minha interpretação.

Sobre a matéria do estacionamento tarifado, ouvi muito atentamente as duas munícipes e o Sr. Presidente da Câmara e queria aqui esclarecer dois ou três pontos que me parecem bastante importantes.

Primeiro, tal como o Sr. Presidente disse, é verdade que foi aprovado em reunião de câmara e em Assembleia Municipal, mas também é verdade e é justo dizer que foi aprovado apenas com os votos da maioria CDU, que na altura tinha a maioria dos eleitos em ambos os órgãos. Hoje em dia isto não acontece, mas o que é um facto é que, no mandato anterior, a CDU tinha a maioria na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal e foi aprovada com esses votos e com os votos contra de toda a oposição. É importante que fique bem esclarecido esse ponto.

Também é importante dizer que o Partido Socialista não se reviu neste novo regulamento que depois deu origem a uma concessão criada pela CDU por 40 anos, e que este novo regulamento tinha para nós falhas que agora começam a ser muito evidentes, muito visíveis. Apresentámos, na altura, várias propostas de alteração e, infelizmente, nenhuma, nem do nosso partido, nem dos outros partidos foi aceite. Se a memória não me falha, foi criada e votada pela anterior Presidente da Câmara, mas também foi votada na Assembleia Municipal pelo atual Presidente da Câmara. Votada favoravelmente.

Dizer que o Partido Socialista não se revê numa mancha que foi criada de estacionamento tarifado, que vai desde as Fontainhas até ao Parque Urbano de Albarquel e desde o rio Sado até quase ao Estádio do Bonfim. É uma mancha brutal que tem um aumento brutal e que passou de 1.500 lugares ou 1.800 lugares de estacionamento tarifado para mais de 8 mil lugares tarifados e sem haver as tais bolsas de estacionamento. Entendemos que é imperioso a alteração deste regulamento e, nesse sentido, o Partido Socialista apresentou hoje nesta assembleia, vai ser discutido daqui a pouco, uma recomendação para que o executivo efetivamente altere o regulamento e com tempo, as várias situações que são muito evidentes agora das debilidades dos problemas de mobilidade no concelho. Aliás, moção que até muitos elementos, penso eu, do Partido Comunista também concordam. Ainda ontem na Assembleia de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, uma moção similar a esta foi aprovada por unanimidade, até com os votos dos eleitos do Partido Comunista. Entendemos que não estamos sozinhos e da nossa parte iremos continuar a insistir que é preciso alterar este regulamento e esta concessão.

**Rui Lamim (PSD)** – Em concreto e relativamente ao estacionamento e a esta concessão, foi em 17 de fevereiro de 2020 que esta câmara decidiu concessionar o estacionamento na cidade por um período de 40 anos. Decidiu, isto é, a CDU decidiu, apesar da oposição de todos os outros partidos como há pouco foi dito. Poder-se-á dizer que isto é o regime democrático a funcionar, sem dúvida, mas vivíamos em regime de maioria absoluta com rigidez e falta de sensibilidade para com as opiniões diferentes, não tendo sido

acolhidas as sugestões vindas da oposição, porque se elas fossem, não tínhamos a situação e o desagrado que temos hoje. Isto para mim é perfeitamente claro.

No PSD sempre nos opusemos a esta concessão do estacionamento, em especial na sua extensão territorial e na sua louca duração. 40 anos é uma duração longa para uma concessão deste tipo que é louca e a extensão é desde a Dom Manuel, da Avenida D. Infante Henrique, desde o monumento às nacionalizações, que está coberto com aquelas Palmeiras, cá para baixo da cidade, é a cidade quase toda. A parte da Bela Vista e a parte do Bairro Carmona, lá para cima, já não o é. Há algumas situações que não se percebe qual é a lógica. Neste momento mais zonas estão a começar a ser pagas que anteriormente era gratuito, sem a boa lógica de racionalidade na gestão de mobilidade da cidade e tendo a CDU, felizmente, perdido a maioria absoluta neste município é altura de corrigir os erros decorrentes deste processo de concessão de estacionamento.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Também colocar aqui algumas questões e fazer um ou outro esclarecimento. Estamos, de facto, a falar de um processo com vários anos, mais de dois, em termos de aprovação na Câmara Municipal, mas estamos a falar de um processo que entronca num plano estratégico de mobilidade e transportes, que se foi desenvolvendo com um conjunto de estudos por especialistas que o próprio plano mereceu, a apresentação pública, debate público e na sequência depois veio, também, a surgir esta necessidade de continuar a organização e a gestão do estacionamento na cidade de Setúbal, que veio a dar origem a esse regulamento e à concessão subsequente.

Não podemos deixar de repor aquilo que aqui foi dito, todo este processo tramitou de forma pública, teve intervenção do público e decorreu com baixo tempo, inclusivamente, no mandato anterior e já no período de aprovação do regulamento, decorreu na sua sequência um abaixo-assinado, uma petição, que foi apresentado nesta Assembleia Municipal e que também foi apreciada, quer na comissão da especialidade, quer depois na Assembleia Municipal, sobre a qual a Assembleia Municipal decidiu.

Digamos que o conjunto de argumentos que vêm aqui sendo colocados, nomeadamente pelo PS e pelo Partido Social Democrata, temos que repor, também, algumas questões e esclarecer aqui duas delas, que podendo ser de Lana caprina, se calhar, não o são.

Primeiro, não é verdade que apenas a CDU tenha aprovado este regulamento, ele foi aprovado na Câmara, foi aprovado na Assembleia Municipal e houve duas outras forças, uma que votou a favor e outra que se absteve. De facto, PS, PSD e CDS votaram contra, creio que eventualmente, também, o Bloco de Esquerda, não foi unânime na oposição a recusa do regulamento. Por outro lado, continuamos a assistir à apresentação de todo o território da cidade desde o rio, desde a beira mar até às Amoreiras, como sendo passível de cobrança de estacionamento e foi bastas vezes esclarecido que isso não correspondia à verdade e quer PS, quer PSD continuam a insistir nessa matéria dessa forma, mas não posso deixar de voltar aqui a dizer que isso não corresponde de todo à verdade.

Naturalmente que nada é perfeito, este regulamento e a concessão não o serão, creio que quer o executivo, quer todas as forças políticas aqui presentes irão estando disponíveis para ir apreciando e, eventualmente, colocando as correções que venham a ser necessárias ao longo do processo que terá o seu período de vigência e que tem, naturalmente, questões de direito que já produzem o seu efeito.

### **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Presidente da Mesa** – O Sr. Presidente da Câmara informou que às 20h30 terá que se ausentar para outras tarefas que exigem a sua presença noutra local.

Há uma questão da interpretação do regimento que é colocada pela Iniciativa Liberal, a qual apresentou uma recomendação, creio que às 23h43 de quarta-feira, e teve a informação que foi dada pela Mesa de que, nos termos do regimento, quando não entra em 48 horas antes da reunião da Assembleia tem que ser o plenário a considerar a admissão ou não admissão desses documentos postos à apreciação. O senhor deputado reclamou hoje dessa decisão invocando o Código de Procedimento Administrativo que define que *“É havido como prazo de um ou dois dias o designado respetivamente por 24 ou 48 horas”*. Entendendo que exatamente disto que se trata, um dia corresponde a 24 horas, não 22, nem 20 e nem 18, e dois dias são 48 horas, não 45, nem 44 e nem 43. É exatamente por um dia ser 24 horas que o que está



no artigo 28, n.º 3, do Regimento está correto. Iniciando-se a sessão da Assembleia às 19h00, será até às 19h00 de dois dias antes que podem entrar os documentos, automaticamente, a partir dessa altura, tem que ser apreciada a sua entrada a discussão, que é o que acontece com duas outras propostas do Bloco de Esquerda também. Vão ser apreciadas e certamente o plenário as admitirá à discussão.

**Paula Soeiro (PSD)** – Peço desculpa por esta irregularidade, há pouco estava a inquirir se ainda existiam intervenções no período antes da ordem do dia, quero dar nota de que o cidadão Pavlo, que o Sr. Presidente da Assembleia perguntou se já estava na sala, já se encontra há alguns minutos presente e, se for possível, ainda dentro do período para a intervenção do público, embora sabendo que o Sr. Presidente da Câmara já respondeu às intervenções anteriores, pedia a vossa consideração para podermos ouvir o cidadão em causa.



**Presidente da Mesa** – Senhora deputada, isso significa que não foi o cidadão que se inscreveu, foi a senhora deputada que, eventualmente, o terá inscrito e ele não estava presente para se inscrever. Sabe o que é que diz o regimento, é evidente que a Mesa disse que já passou o seu tempo, isso vai ser motivo de polémica na comunicação social, não vai ser a Mesa a decidir, vai ser o plenário a decidir se vamos reverter a ordem dos trabalhos na sessão e se é autorizado. A Mesa, julgo, que não tem objeções, mas os grupos municipais têm o direito a pronunciarem-se se vamos alterar, a título excecional, ou não a ordem dos trabalhos da sessão.

**Pavlo Sadokha** – Agradeço muito pela a atenção e pela oportunidade que me foi dada. Vivemos todos uma situação dia-a-dia muito difícil, não só os ucranianos, mas todo o mundo. Ver todos os dias como morrem mulheres, crianças, homens que não são do exército ucraniano, a culpa deles morrerem é só porque são ucranianos. Esta guerra não começou agora, começou há muito tempo, o preparativo para a matança dos ucranianos começou há muito tempo. Cá em Portugal, há muito tempo que alertamos o Alto Comissariado das Migrações que existem organizações de migrantes que não se identificam como organizações russas, que estão reconhecidos pelo Alto Comissariado como organizações ucranianas, mas que têm ligações diretas à Embaixada Russa, à Agência Russa Rossotrudnichestvo, à agência de propaganda Russa Ruskyi Mir e que fazem parte do programa de ideologia, posso dizer isto abertamente, do fascismo russo para matar ucranianos.

O Putin, dia 24 de fevereiro, antes de começar a bombardear e a matar ucranianos, disse que o programa deles era desnazificar a Ucrânia. Para nós, que conhecemos a nossa história e temos longas relações com a Rússia, significa que eles querem que os ucranianos desapareçam deste mundo. Não só na Ucrânia, mas também em todas as partes onde haja ucranianos.

É inaceitável que os refugiados que venham agora a fugir da guerra e tenham acolhimento em Portugal, os quais têm sido tão bem-recebidos por todos os portugueses, pela comunidade portuguesa, porque os portugueses dão-lhes tudo, e que organizações que sempre fizeram parte da propaganda russa, de espionagem russa estejam a acolher e ajudar estes ucranianos.

O facto de hoje ter sido aberto pelos repórteres portugueses que uma ucraniana refugiada que pediu apoio a esta organização Edinstvo, que trabalha aqui em Setúbal, e que lhe perguntou sobre o marido e dados pessoais. Já sabemos o que vai acontecer, porque sabemos como trabalham os agentes da Rússia e isso é perigoso para essas pessoas refugiadas, é perigoso para os maridos, irmãos e conhecidos deles na Ucrânia e que estão agora a defender a nossa pátria.

O mais importante ainda é que estes ucranianos que vieram daquele mundo dos russos caíam aqui em Portugal, outra vez, nas mãos dos russos. Acho que isso é inaceitável num país democrático, num país que defende valores de que está contra a guerra e isso tem que ser parado e todos temos que impedir no futuro estes casos que num país de direito, como Portugal, podem existir agências ou representantes de agências de propaganda russa e que continuam a influenciar a comunidade ucraniana e que está agora a defender o seu país e a sua vida. Obrigado.

**Presidente da Mesa** – Julgo não arriscar nada de mal, ao lhe dizer que todos os membros desta assembleia, todos os membros do executivo municipal, toda a população de Setúbal, toda a população de Portugal está solidária com o povo ucraniano e tendo-o demonstrado por todos os meios. Se há falhas no

processo num ou noutro caso, certamente, elas serão corrigidas, agora não creio que ninguém, a Câmara, a Assembleia, os serviços municipais se tivessem conhecimento que houvessem espiões russos que os colocassem a trabalhar com os ucranianos. Certamente que isso não aconteceu e se alguma dúvida há, de certeza que ela será esclarecida e é esta solidariedade que tem expressão nas ações e no trabalho que o Município tem desenvolvido para acolher todos os ucranianos que cá têm chegado. Depois os aproveitamentos políticos ou partidários que se fazem destas situações já não são controláveis, mas os ucranianos, que neste caso o senhor representa, devem saber que somos, de facto, todos solidários com quem sofre com a guerra.

**Presidente da Câmara** – Faço minhas as palavras que o senhor Presidente da Assembleia disse sobre esta situação. A Câmara Municipal de Setúbal tem aprovado, em várias reuniões, posições de defesa e de criar as melhores condições para a receção, neste caso, aos refugiados ucranianos. Temos afirmado, sempre, a nossa posição a favor da paz e contra a guerra e naturalmente que estamos solidários, também, com estas manifestações que são apresentadas pelos cidadãos e representantes da Ucrânia.

A comunidade setubalense é uma comunidade de paz, provavelmente aqui em Setúbal, temos uma pluralidade de comunidades e temos muito orgulho de ser uma comunidade pluricultural, multicultural e esta situação de convivência e de procura sempre de ajuda, sobretudo, a emigrantes. A comunidade setubalense tem dado provas suficientes de que há um trabalho, um processo de procura da inclusão, da integração desses cidadãos migrantes na nossa sociedade. Até agora não temos razões nenhuma, não há identificação de nenhuma situação que seja contrária àquilo que estou aqui a afirmar. Naturalmente que algumas informações que têm circulado a este propósito e que são contrárias a esta convicção e a esta avaliação que fazemos, naturalmente que tomámos as iniciativas que consideramos adequadas para junto das entidades competentes haver os esclarecimentos que se justificam e que, mais uma vez, ainda hoje acabámos de emitir um ofício dirigido ao Sr. Ministro da Administração Interna para que junto dos serviços que instalámos aqui em Setúbal, por iniciativa da Câmara Municipal e com o envolvimento de um conjunto alargado de associações, com diversas valências e que estão sempre disponíveis para dar o apoio aos refugiados da Ucrânia e que temos uma relação direta e estreita com todos os organismos da Administração Central que operam nesta área. Até agora, como eu disse, não há razão nenhuma, em concreto, para não acreditarmos nesta situação de acolhimento com toda a dimensão, com toda a solidariedade, por isso solicitámos, desta vez, diretamente ao Sr. Ministro da Administração Interna, no sentido de proceder às averiguações que bem entender para esclarecer todas estas situações que são identificadas, mas que no concreto, elas não têm repercussões na nossa comunidade. Já o fizemos antes, diretamente ao Sr. Primeiro-Ministro, no sentido de esclarecer declarações que tinham sido feitas num órgão de comunicação social pela Sra. Embaixadora da Ucrânia. E dirigimos uma carta ao Sr. Primeiro-Ministro para esclarecer relativamente a uma associação, que é a Associação de Pessoas dos Países de Leste, que existe aqui em Setúbal, de acordo com os registos que temos, desde 2005.

Naturalmente que as associações são livres, criam-se livremente, elegem os seus dirigentes livremente, esta como todas as outras, e têm uma atividade na sociedade setubalense e a Câmara Municipal relaciona-se com todas estas organizações. Não temos razão nenhuma para identificar esta associação dos emigrantes de Leste com alguma das informações que têm circulado, mas já tomámos medidas no sentido de afastar, designadamente, uma trabalhadora da Câmara Municipal que estava associada a estes serviços de receção de refugiados, para que também a própria trabalhadora não seja molestada por situações que até haver outras informações que sejam em contrário. O que pedimos, neste caso ao Sr. Ministro da Administração Interna, é que utilize todos os meios que tem ao seu alcance para avaliar todo o registo, porque há um registo centralizado de duzentos e tais processos de pessoas que foram recebidas, que foram retidas e registadas e que, através desses serviços que o Estado tem, e que a Câmara Municipal não dispõe e não tem essa capacidade, e naturalmente que atuamos de boa-fé e sempre no sentido do acolhimento e da integração.

Portugal é um país de emigrantes e temos todo o respeito, todo o respeito e experiência no sentido de dar o melhor acolhimento que for possível a todos aqueles que sejam imigrantes no nosso país e, em particular, na comunidade setubalense.

É isto que queria dizer para que não haja dúvidas nenhuma sobre a transparência e a boa-fé com que temos atuado, o encaminhamento que temos feito das pessoas que se dirigem a este serviço, seja para a



Segurança Social, seja para o SEF, seja para o Instituto de Emprego ou para outras instituições que dão apoio em alimentação, que dão apoio em roupa ou então mesmo para os serviços de saúde. Naturalmente que essas situações são registadas neste serviço que a Câmara Municipal instalou e há esta ligação estreita com todas estas instituições no sentido de ir de encontro às necessidades que as pessoas nos apresentam. É o que fazemos, é o que continuaremos a fazer, independentemente, daquilo que os serviços competentes vierem a avaliar e a identificar relativamente a algumas situações que nem temos condições, nem capacidade para fazer qualquer tipo de avaliação, porque não temos, até hoje, nenhum registo de alguma situação de anormalidade que tenha vindo a acontecer neste serviço da Câmara Municipal ou até na comunidade setubalense. Não é só neste serviço, é também na comunidade setubalense no seu geral.

**Pavlo Sadokha** – Obrigado, mas como o Sr. Presidente disse, esta organização Edinstvo, como líder Igor Kashin, existe cá desde 2005. Desculpe por não acreditar que desde 2005, total período, não sabia que Igor Kashin estava ligado à Embaixada Russa e que resolve tudo o que é trabalho para a Embaixada Russa. É muito estranho que desde 2014, quando houve a anexação da Crimeia, quando forças russas invadiram Donetsk e Luhansk e ninguém tenha perguntado a Igor Kashin qual a posição dele sobre este assunto, se ele apoia ou não Putin por matar ucranianos. É muito estranho que agora, depois de 24 de fevereiro, quando começaram a chegar os ucranianos ninguém soubesse que este Igor Kashin, que os estava a receber, fosse o russo que apoia o programa Putin de matar ucranianos ou por outros interesses.

## **I - VOTAÇÃO DAS ATAS**

### **1. Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 25/02/2022**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

### **2. Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 11/03/2022**

Aprovada por unanimidades dos presentes na referida sessão.

## **II – a) INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS**

Submetida a admissão da recomendação da Iniciativa Liberal, foi aprovada por unanimidade.

Submetidas a admissão dos Votos de Saudação do Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“É no sentido de reiterar aquilo que o Afonso Luz disse. Naturalmente que o regimento prevê, e muito bem, o prazo para a entrega e depois a excecionalidade que deve ser apreciada no plenário da Assembleia Municipal.*

*É fazer um apelo a todos e vale para todas as bancadas, inclusivamente para a nossa, para que no futuro não se use esta figura, como muitas vezes aqui usamos e todos o fazemos mal algumas figuras e que em futuras reuniões o plenário seja mais exigente no cumprimento desta excecionalidade.”*

**Rui Lamim (PSD)** – Senhor Presidente da Câmara, o Sr. Presidente não tem condições de continuar o seu mandato.

No PSD temos referido e referimos concretamente na última reunião de Câmara, do dia 20, sobre a forma como os refugiados de guerra têm sido recebidos pela estrutura do Município de Setúbal. Falamos de pessoas em situação de extrema fragilidade e às quais não estamos a cumprir com os nossos deveres.

Os factos e os eventos que são objeto desta grande e extraordinária visibilidade são objeto de grande e extraordinária visibilidade noticiosa ao longo deste dia, pelo que avaliamos o seu mandato, como dirigente máximo deste município, de uma forma ferida de grande fragilidade pelo que, Sr. Presidente, pedimos a sua demissão.

**José Magoito (IL)** – O nosso deputado municipal Flávio Lança solicitou ao Presidente desta assembleia, no passado dia 18 de abril, que fosse reencaminhado o pedido de esclarecimento que irei voltar a colocar, visto ter passado duas semanas e não ter tido qualquer resposta.

*“Excelentíssimo Sr. Presidente,*

*Parecem-nos serem atendíveis, ou dignos de preocupação, os pontos levantados por várias associações ucranianas e reforçadas recentemente pela embaixadora ucraniana em Portugal, nos quais é referido que algumas organizações de ajuda aos refugiados da guerra têm adotado posições pró-russas e estão inclusivamente representadas no Alto Comissariado para as Migrações. Existe o fundado receio que estas organizações e alguns dos seus elementos, que têm expressamente adotado políticas que podem ser designadas como “pró-russas”, possam estar a colaborar com a embaixada russa.*

*Mais flagrante se torna este apelo quando apenas duas das oito associações representadas no Alto Comissariado para as Migrações são reconhecidas como legítimas pela Embaixada da Ucrânia.*

*Foram identificadas várias situações, sobretudo duas associações - Russkiy Mir e Rossotrudnichestvo - que são reconhecidas como “instrumento de guerra híbrida de propaganda e informação do governo russo”, incluindo na lista de associações referidas publicamente a associação setubalense dos Emigrantes de Leste Edinstvo, dirigida na atualidade por Igor Khashin e no ano passado pela sua esposa Yulia Kashina, sendo atualmente este o casal que desempenha as funções de tradutores da Câmara de Setúbal para os refugiados ucranianos.*

*A comunidade ucraniana residente em Setúbal fez-nos chegar com extrema indignação e preocupação, o que consideram ser uma enorme falta de sensibilidade para com os refugiados que estão a chegar ao nosso município, pois alguns sentem-se intimidados e desconfortáveis ao serem atendidos diretamente por tradutores russos no gabinete de apoio aos refugiados em Setúbal. O que não constituído algo de provável per si, leva-nos a concordar que se trata claramente de uma falta de sensibilidade no relacionamento humano que devemos acautelar, tendo em conta todo o panorama internacional.*

*Respeitando a presunção de inocência e o direito ao contraditório, parece-nos que existe motivos de preocupação atendíveis e dotados de razoabilidade suficiente para que mereçam a atenção desta assembleia e do executivo municipal.*

*Cabe-nos reforçar que entendemos ser um tema bastante sensível, mas que deve prevalecer a opinião de quem sofreu e sofre com os desmanes de uma guerra evitável. Credo que a sua sensibilidade estará tomada de receios que serão desconhecidos pela maioria de nós.*

*Tendo em consideração o exposto nos pontos supra referidos, e reforçando a sensibilidade do tema em apreço, a Iniciativa Liberal questiona a Câmara Municipal de Setúbal sobre:*

- Que diligências foram realizadas no sentido de reunir com as associações ucranianas, reconhecidas como legítimas pela Embaixada da Ucrânia a operar no concelho e, em caso afirmativo, se conhece as suas disponibilidades para indicar elementos que sirvam de tradutores?*
- Se já assegurou ou se pretende assegurar que os tradutores que prestam assistência aos refugiados ucranianos acolhidos em Setúbal, sejam prestados por elementos referenciados pelas associações ucranianas, reconhecidas como legítimas pela Embaixada da Ucrânia, pelo menos enquanto durar a agressão da Federação Rússia à Ucrânia?*
- Se pretende dar conhecimento das diligências ao Instituto de Emprego e Formação Profissional e aos serviços da Segurança Social de Setúbal, motivando a extensão dos tradutores também para esses serviços?”*

**Vítor Rosa (BE)** – É óbvio que hoje temos aqui a questão da notícia do Expresso, na qual são apontadas pessoas refugiadas ucranianas que estão a ser recebidas em Portugal por cidadãos russos, alguns próximos da embaixada da Rússia, que têm procurado obter informações pessoais que vão muito além das necessárias para um bom acolhimento e integração.

De facto, a recolha da morada ucraniana destas pessoas refugiadas, bem como a identificação da família que se encontra a combater na Ucrânia podem, na nossa opinião, colocar em causa a segurança destas pessoas e destas famílias.

O Bloco de Esquerda vê com grande preocupação, se os termos desta notícia se confirmarem, não porque tenhamos desenvolvido algum sentimento contra os imigrantes russos que escolheram o nosso país para viver, muitos dos quais já se mostraram contra a guerra desencadeada pela Rússia, porque a notícia parece indicar que existem constrangimentos nos refugiados acolhidos e que estão sobre garantias do Estado Português, não só em Setúbal, mas em mais concelhos do país. Hoje foi notícia que, provavelmente ou eventualmente, Aveiro, Gondomar e Albufeira também estariam com esta prática. Para garantir que existe a idoneidade do processo de acolhimento de refugiados e das entidades que nele participam, o Bloco de Esquerda também endereçou hoje ao Governo um conjunto de perguntas sobre esta matéria, nomeadamente se o Governo tem conhecimento desta situação, se sim como a enquadra, se não, o que fará para investigar, que medidas tomou ou pretende tomar para garantir a idoneidade e a fiscalização dos processos de acolhimento e integração? E, ainda, que medidas tem tomado para garantir os direitos de todas as famílias que recentemente chegaram a Portugal?

Entendemos, pois, e daí a pergunta ao município, ao Sr. Presidente, para cabal esclarecimento de toda esta situação, também, a Câmara Municipal, conforme comunicado hoje emitido e em relação às medidas agora tomadas, a máxima informação e transparência nos processos de apoio aos refugiados para com esta assembleia e com a população do concelho de Setúbal. Reporto-me aqui ao ponto 3 do comunicado, hoje da Câmara, sobre o desmentido do Sr. Primeiro-Ministro em relação à carta enviada pelo Sr. Presidente da Câmara no passado dia 11/04 sobre o eventual pedido de informação relativo à Associação Edinstvo e ao cidadão Igor khashin. Era essa a questão que colocava, face a este desmentido hoje nas notícias, durante a tarde, do próprio gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, quanto a este envio de carta e queria esclarecimento face a esta situação.

**Presidente da Mesa** – Senhores Deputados Municipais, como todos já perceberam esta é uma Sessão da Assembleia muito atípica e já temos consequências, danos colaterais suficientes para todos os lados e podemos vir a ter mais, porque nos andamos a atropelar uns aos outros desnecessariamente.

É óbvio que o tema de antes da ordem do dia é a questão do acolhimento dos ucranianos e a questão dos parquímetros. O Sr. Presidente tem mesmo limitação de tempo, o que me comunicou antes da reunião, e pergunto à Assembleia se admitiria, se o Sr. Presidente o entender, sobre estas duas questões queira dizer mais alguma coisa. Se entender que queira acrescentar, nomeadamente estas duas interpelações recentes, se entender que a resposta está dada, muito bem, continuamos as nossas intervenções, é para evitar que depois se diga que o Presidente da Câmara não respondeu e foi-se embora.

Perguntava ao Sr. Presidente se quisesse aproveitar a oportunidade, previsto que tem a anuência no silêncio da Assembleia de que poderia dar agora alguma resposta neste ponto.

**Luís Maurício (CH)** – Senhor Presidente, com as notícias vindas a público e sendo estas informações verdadeiras e sendo de uma extrema gravidade, o partido CHEGA tinha de pedir a sua demissão. Acharmos que o Sr. Presidente já não tem condições para estar neste cargo.

Portugal não pode permitir que dirigentes políticos coloquem em causa a segurança de cidadãos que recorrem ao nosso país para escapar à guerra, violência e fome. Esta casa é dos setubalenses, não é do Partido Comunista.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Espero que o Sr. Presidente ou a Vice-Presidente possa responder com a maior das clarezas às questões que vou colocar.

Em primeiro lugar, o SEF indicou que não teve qualquer colaboração, ao contrário do que disse aqui o Sr. Presidente da Câmara Municipal, com esta instituição. Aliás, o Expresso até faz uma notícia interessante indicando que é a segunda vez que a Câmara Municipal é desmentida. Creio que, de facto, podemos estar aqui a tentar confundir um bocado as coisas, porque a credibilidade e a imagem da Câmara Municipal de Setúbal, uma vez que o que está aqui em causa é algo muito simples, os esclarecimentos têm que ser cabais. Se diz alguma coisa como, por exemplo, se o SEF utilizou este serviço, nestas circunstâncias, quando se diz, em regra, deve ser provado, porque senão não se invoca, não se traz para aqui. Espero que

o Sr. Presidente da Câmara Municipal ou a Sra. Vice-Presidente diga onde é que se baseia para ter proferido essa afirmação, porque o SEF diz o contrário. Com toda a boa-fé podíamos acreditar, mas há uma entidade que diz exatamente o contrário. Segunda questão, qual é o tratamento que está a ser dado aos dados recolhidos? De que forma é que eles estão a ser tratados? Ainda há pouco o Sr. Presidente disse que estão depositados num local e que o MAI até podia consultar. A minha pergunta é, isto está dentro daquilo que é o procedimento normal de tratamento de dados da Câmara Municipal de Setúbal ou não? Isto está em algum procedimento especial ou não? Quem é que tem acesso a esta base de dados? Porque de uma forma tão simples, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que o MAI podia vir cá e consultar à vontade. Mas quem é o MAI? Averiguar, mas vai averiguar o quê? Dados? Bom, fantástico. Se calhar faria o seguinte, pedia aqui aos senhores que estão a substituir o Sr. Presidente da Câmara Municipal para responderem.

O que percebi é que há base de dados e que, nesse caso, seja averiguar, seja perguntar, seja o que for, como é que elas estão a ser guardadas e, naturalmente, se a elas podem ou não ser consultadas de uma forma igual àquilo que é o outro tipo de tratamento que é dado pelas bases de dados ou se eventualmente estas bases de dados não têm um tratamento igual ao que deveria acontecer, de acordo com a lei vigente e tudo aquilo que a lei obriga relativamente ao tratamento de dados que, de resto a Câmara Municipal de Lisboa já passou por essa situação. Todos bem sabemos que as Câmaras Municipais têm uma certa obrigação no que diz respeito a isso. Presume-se, naturalmente, que aqui também exista procedimentos, também exista um encarregado responsável pela proteção dos dados e que, neste caso, existam procedimentos a cumprir. Estes dados que foram recolhidos tiveram o mesmo tratamento ou não? Deduzo que não, porque a extensão de dados que foram solicitadas não é normal. A extensão das perguntas que ainda agora aqui ouvimos no relato que foram colocadas é mais do que o normal, é mais do que a própria lei portuguesa admitiria, a minha terceira questão é, porque é que se permitiu ir mais do que é necessário? Porquê? E agora quem é que toca nisso? Já chamaram alguém, nesse caso o MAI, para averiguar e chamaram quando? Está por escrito, não está por escrito? Porque enviar cartas ao Sr. Primeiro-Ministro, ele não é detetive, não vem para cá fazer este tipo de coisas, se ele tiver feito alguma trapalhada, não empurre uma trapalhada para outro que tenha feito asneira. O que se está aqui a falar é da Câmara Municipal, portanto, os dados que foram recolhidos a mais de que forma é que foi solicitado para serem averiguados e por quem é que os senhores achavam que deveriam ser averiguados? Como é que estão a ser tratados os dados que foram recolhidos? E para ninguém passar aqui por mentiroso, porque ou SEF está a mentir ou o Sr. Presidente da Câmara Municipal está a mentir, que informação factual é que existe para afirmar que o SEF tinha o mesmo tipo de colaboração? Porque isso sim é que é afetar a credibilidade e sabem de quem? Do país.

Já tivemos uma ausência na sala, quando foi a Assembleia da República e agora temos mais uma ausência na sala, acho que isso é desrespeitoso e com certeza que as respostas que aqui vão ser dadas vão ser cabais.

**Mariana Crespo (PAN)** – Independentemente da posição que a CDU escolha ter a propósito da Rússia e deste conflito, acho que é impossível ir contra o facto de que a Rússia é uma ditadura, portanto, o Sr. Presidente dizer que confiava abertamente nestas associações e nestes cidadãos russos, claro que não podemos desconfiar de toda a gente, mas, pelo menos, devemos ser um pouco mais críticos e colocar a hipótese de que sejam a favor do regime de Putin, ainda mais depois dos acontecimentos que ocorreram em Lisboa em 2021.

Uma pergunta muito direta, de sim ou não, e no seguimento aqui da intervenção do senhor deputado do PSD, há também a suspeita que tenham sido fotocopiados os documentos de identificação destes refugiados. Como saberão a prática de fotocópias de documentos de identificação é altamente irregular, a pergunta é se isto aconteceu, sim ou não?

**Maria João Palma (PS)** – Na reunião de câmara de 20 de abril, os vereadores da bancada do Partido Socialista levantaram a questão que agora é, e muito bem, trazida a esta Assembleia Municipal pela Iniciativa Liberal, através da recomendação que iremos analisar.



Os senhores vereadores da CDU e o Sr. Presidente André Martins desvalorizaram o que lhes foi transmitido e alertado, agora está à vista o resultado da vossa prepotência, da vossa intransigência que tomou as proporções que estão à vista de todos e que vossas excelências só agora resolvem solucionar.

As famílias ucranianas que chegam e não de chegar ao nosso país e ao nosso concelho vêm devastadas e na esperança de encontrarem aqui a paz e a estabilidade para os seus filhos, para as suas próprias vidas, como se isso fosse possível onde quer que se chegue, quando tudo ficou para trás, família, bens, sonhos. Saíram da Ucrânia para fugir aos mísseis, às sirenes, ao desrespeito pela vida humana, chegarem ao nosso país, ao nosso concelho, nobre nas suas intenções e reconhecido pelo seu bom acolhimento, são recebidos por membros da comunidade russa aqui residente e pergunto-me se isso mostra sensibilização para este assunto? Como ficará o estado de alma de um ucraniano a quem são solicitados documentos para cópia e se lhes perguntam quem deixaram para trás, onde e porquê. O medo instala-se, a insegurança e a desconfiança também e tudo isto podia ter sido evitado.

Senhores vereadores, que critérios teve o executivo efetivamente para a solução de recursos humanos que foi encontrada? Houve contacto de associações ucranianas que se disponibilizaram para colaborar, porque não foram aceites e atendidas? Quanto à nossa bancada, entendemos que foi inconsequente a vossa decisão, mas em óbvia e total coerência com as posições que a CDU tem tido relativamente a este conflito, de uma negação total desta realidade.

**Vanessa Silva (CDU)** – A política de refugiados é uma política que é da competência da Administração Central, como todos sabemos, no entanto, muitas câmaras municipais do nosso país, se calhar, com menos gargalhada do que a vossa, prontamente se prestaram a colaborar com as entidades da Administração Central que são competentes pela política de refugiados no nosso país, de acordo com a legislação portuguesa e fizeram parte de um processo de acolhimento de refugiados. Um processo em que a Câmara Municipal de Setúbal teve não só, de boa fé, como demonstrou desde a primeira hora, toda a disponibilidade de colaboração. A verdade é que esta colaboração foi feita na base da articulação com as entidades do Estado que são competentes nesta matéria, nomeadamente com a Segurança Social, com o Alto Comissariado para as Migrações, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e, naturalmente, com as outras entidades administrativas que são chamadas a colaborar nos processos, quer seja na área da Saúde, ou na Educação.

Veio a público questões suscitadas, nomeadamente pela Sra. Embaixadora da Ucrânia que, naturalmente, tem todos os mecanismos institucionais para colocar ao Governo Português as medidas que considere adequadas para diligenciar necessidades de investigação de factos, de situações que considere que são menos corretas ou adequadas. Aliás, parece que a nota que vem a público é no seguimento de um encontro entre a Sra. Embaixadora Ucraniana e um membro do Governo Português, segundo ela, a Sra. Secretária de Estado. Não sabemos se isto se confirma ou não, mas é também o que veio nas notícias. Também lemos as notícias.

Não nos associamos, nem acompanhamos a escalada de ódio e a identificação de pessoas de qualquer nacionalidade, seja a funcionária cabo-verdiana ou a portuguesa que trabalha lado a lado com a funcionária russa, para nós a questão da nacionalidade é, de facto, uma questão que até de acordo com a nossa legislação e com a Constituição da República Portuguesa não é algo que deva nortear a nossa política enquanto entidades públicas com competências na gestão de recursos humanos. Era bom que também considerássemos os perigos que toda esta situação pode ter latente, não só para aqueles que hoje são os queixosos, mas para aqueles cujos seus nomes foram apontados na praça pública, que também têm famílias e também têm uma nacionalidade de origem e também correm perigos. Portanto, não acompanharemos nenhuma destas situações, aliás, como verificarão na minha intervenção, até evito este sublinhar dos nomes das pessoas que, pessoalmente não conheço, mas conhecesse ou não, julgo que devem ter algum tipo de consideração.

Consideramos que é adequado que a Câmara Municipal de Setúbal esclareça sobre os protocolos seguidos, muito embora, se o senhor deputado Nuno Carvalho não tivesse estado ausente na primeira parte da reunião já teria ouvido.... Como falou da ausência de outros também deve aceitar que falem da sua ausência. Na sua ausência o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez esclarecimentos que se tivesse ouvido, não teria de perguntar novamente.

Sim, julgo que estará disponível para responder, porque sabe que a resposta é algo bom, o diálogo em democracia é algo muito democrático. É isso mesmo, é democrática em democracia.

Apesar desta ausência do senhor deputado, ele ouviu a intervenção e optou por voltar a colocar questões que já tinham sido respondidas, acho que é útil que sim, que se esclareça sobre os protocolos seguidos, que se esclareça sobre os protocolos que certamente são feitos na área do atendimento social que é seguido e que tem especificidades legais e também nos protocolos de proteção de dados que todos conhecemos e que, certamente, são diligenciados nestas matérias. Consideramos, também, que é adequado solicitar às entidades da Administração Central, e já o foi feito para que sejam tomados todos os procedimentos no sentido de averiguar a veracidade das suspeitas veiculadas e que se vejam quais são os caminhos que são os mais corretos para o fazer e, naturalmente, que até lá consideramos que é importante que a Câmara Municipal de Setúbal tenha tomado a decisão que tomou de retirar esta trabalhadora daquele processo em curso para que se procure garantir as melhores condições deste serviço que é prestado em estreita colaboração com a Administração Central.

Permitam-me, também, perguntar, é uma pergunta retórica, se o PSD também vai demitir os presidentes das câmaras PSD que, no fundo, também veio a público que têm protocolos com associações que, como chamam na comunicação social, “pró-russas”. Se este pedido também vai ser feito, se vão diligenciar neste sentido, nomeadamente, nas câmaras municipais que vêm referenciadas na comunicação social como Aveiro, deve ser um pedido de demissão coletivo a todos os presidentes de câmara que em boa fé estão a ter procedimentos de colaboração com a Administração Central.

## **II - b) - INTERVENÇÃO DO EXECUTIVO**

**Presidente da Câmara** – Agradeço que compreendam esta situação, não quis deixar de vir aqui à Assembleia Municipal, em 1º lugar para esclarecimento aos senhores deputados, aqueles que ainda não tiveram oportunidade de ter mais esclarecimentos sobre esta situação. Tenho um outro compromisso que, também, faz parte das minhas funções de esclarecimento à população do concelho de Setúbal e da população em geral, tendo em conta que a informação que circula e que uma boa parte dela não corresponde àquilo que é a verdade dos factos e cabe-me defender o bom nome da Câmara Municipal e dos munícipes de Setúbal e da comunidade setubalense. Por isso, agradeço esta possibilidade de hoje, excecionalmente, poder dar aqui os esclarecimentos que, neste momento, se justificam aos senhores deputados em primeiro lugar.

Quando agora falo da comunidade setubalense, falo de todos os que estão aqui em Setúbal, que vieram para aqui, independentemente de onde vêm, temos uma comunidade pacífica, sem quaisquer problemas, naturalmente, que situações de desentendimentos existem em qualquer lado, não é disso que estou a falar, como bem compreendem, estou a falar de termos aqui comunidades que vêm das mais variadas partes do mundo, independentemente da cor, da religião, etc., são aqui bem recebidos, são aqui bem tratados. Não temos registo, não tenho muito sinceramente registo de que tenha havido problemas de maior neste domínio e a Câmara Municipal logo que teve conhecimento da situação que estava a criar e tendo conhecimento da quantidade de famílias ucranianas que estão situadas na nossa região e, em particular, no nosso concelho, de imediato compreendemos que os refugiados haviam de chegar a Setúbal e nesse sentido tomámos medidas para fazer a receção a esses refugiados cumprindo o protocolo. O que é o protocolo? O protocolo são as regras que nos são indicadas, designadamente, pelo Alto Comissariado para as Migrações, que é quem tem esta responsabilidade a nível nacional de tratar destes assuntos. Os trabalhadores da Câmara Municipal que ficaram afetos a este serviço têm esse protocolo e têm-no cumprido, não temos razões nenhuma para dizer que não tem sido assim. Para que esta situação não se continue a alastrar e cada um dizer o que lhe convém ou conforme as informações que vêm daqui ou dali, mas quando está em causa trabalhadores da Câmara Municipal somos os primeiros a tomar iniciativa no sentido de que as entidades competentes, porque a Câmara Municipal não tem os meios para ir interrogar esta ou aquela pessoa, se tem esta filiação partidária ou outra, não temos competência e mais, estamos proibidos pela lei Nacional de fazer qualquer iniciativa neste domínio, como bem sabem. É de uma grande responsabilidade que temos de assumir e que temos assumido e que os nossos trabalhadores também dentro das suas competências, da sua disponibilidade, do seu empenhamento prosseguem este trabalho.

Foram duzentas e tais pessoas que já foram recebidas, naturalmente que a receção foi e é feita cumprindo as regras que nos foram trazidas pelas entidades competentes, é o que fazemos. Acontece que, como acontece nos outros serviços, designadamente nos que estão aqui em Setúbal, no Centro Regional de Segurança Social, nos Serviços de Fronteiras, no Instituto do Emprego e Formação Profissional que recorrem a pessoas que sabem a língua dos refugiados. As pessoas identificadas, porque foi aí que tivemos esta primeira informação, foi através da Sra. Embaixadora da Ucrânia que deu uma entrevista num órgão de comunicação social e se referiu dizendo que tinha tido uma reunião com a Sra. Secretária de Estado da Migração em que tinha colocado à Sra. Secretária a questão de algumas associações pró-russas, estou a citar de memória, mas estou a citar, e que tinha a informação de que algumas associações pró-russas estavam a fazer o atendimento aos cidadãos ucranianos, aos refugiados. Uma das associações que a Sra. Embaixadora referiu foi exatamente esta associação que tem atividade aqui em Setúbal, que é conhecida e que tem, como já referi, desde 2005 um protocolo com a Câmara Municipal, porque se trata de uma associação que dá apoio ao desenvolvimento cultural, a atividades, à integração de cidadãos dos países de Leste. E, portanto, também pedimos a ajuda a esta associação para fazer a tradução, no âmbito de uma relação de muitos anos, de 17 ou 18 anos, que temos com esta associação que integra como o próprio nome da associação diz, os imigrantes de Leste dos vários países e não temos nenhuma informação, ao longo destes anos todos, que tenha havido algum problema. Procurando dar resposta ao problema, que era o da tradução, recorreremos aos serviços desta associação, é verdade. É verdade! Há uma funcionária, que hoje é funcionária da Câmara Municipal, porque concorreu a um concurso e que está em Setúbal há 20 anos, é uma cidadã portuguesa, embora seja de origem dos países de Leste, nem sei qual é a origem do país, não me interessa isso, e que naturalmente fazia este serviço de apoio à tradução. Face às informações que têm circulado e, enquanto não houver algumas iniciativas de quem tem capacidade para o fazer, de nos vir dizer que há informações de que esta pessoa tenha algumas ligações referentes a algumas acusações que temos ouvido, falámos com ela e retiramo-la deste serviço. Neste momento, continuamos com dois funcionários que não sabem falar a língua e, portanto, vamos ter os constrangimentos próprios desta situação.

Relativamente a um outro cidadão que creio ser, não sei se o Presidente, mas um dirigente da associação que deu apoio nos primeiros dias à tradução, este cidadão tem sido chamado e tem dado apoio ao SEF, ao Centro Regional de Segurança Social e ao IFP no mesmo sentido, ou seja, de facilitar a relação entre os imigrantes e as instituições, e temos conhecimento disso. Neste momento essas pessoas estão afastadas deste serviço, no nosso entendimento, para defesa de eles próprios, porque não temos qualquer informação ou qualquer registo de qualquer situação que possa indiciar aqui algumas acusações que são feitas. É muito importante que fique clarificado a boa-fé e o empenhamento da Câmara Municipal e dos serviços municipais que têm tido na colaboração com todas essas entidades da administração para fazer o acolhimento e o encaminhamento conforme as necessidades que são registadas e isso é verdade. Como sabem, o atendimento implica um registo, implica tirar fotocópias para que fique no registo, o qual está numa base de dados que, como já referi, acabei hoje de pedir ao Sr. Ministro da Administração Interna para desencadear as iniciativas que bem entender e para que essas pessoas qualificadas para o fazer possam vir junto da base de dados e ver as informações que lá estão. Com esta transparência da relação e do empenhamento que continuaremos a ter na receção aos refugiados, fica aqui este empenhamento, esta dedicação e a forma clara e transparente como temos funcionado. Para nós foi e continua a ser uma responsabilidade em acolher os cidadãos, agora da Ucrânia, que se dirigem ao nosso país e que precisem de apoio, encaminhando-os para os serviços que têm competências, conforme as necessidades que forem identificadas e isso continuaremos a fazê-lo.

Quanto à troca de correspondência e respondendo ao senhor deputado, no dia em que tivemos conhecimento das declarações da Sra. Embaixadora da Ucrânia que se referiu em concreto a uma organização que está aqui em Setúbal, a tal Associação dos Cidadãos Migrantes de Leste, eu próprio assinei uma carta dirigida ao Sr. Primeiro-Ministro, fazendo várias citações de afirmações que a senhora embaixadora fez, designadamente quando se referiu à associação que está sediada aqui em Setúbal e pedimos ao Sr. Primeiro-Ministro para nos esclarecer sobre se esta associação continuava a ser a associação reconhecida em Setúbal pelo Alto Comissariado das Migrações como a associação representativa dos interesses dos cidadãos de Leste. Pelo menos até hoje, não temos nenhuma resposta da parte do gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, já sei que houve alguma informação que saiu do gabinete



do Sr. Primeiro-Ministro, certamente que haverá possibilidade de distribuir aos senhores deputados a carta que foi dirigida. Relativamente à forma como a determinada altura dizia que existe na Câmara Municipal de Setúbal um gabinete desta associação, isso não é verdade, nunca existiu, e como os senhores bem sabem, creio eu, nunca existiu aqui nenhum gabinete dessa associação, a qual tem a sua atividade para os efeitos para que foi criada com os associados, nem naquela associação, nem noutra associação a Câmara Municipal não tem qualquer intervenção. Como já disse, muito menos de ir questionar se este cidadão ou aquele cidadão tem esta orientação política ou partidária ou ideológica, como já referi, por lei não é possível que a Câmara Municipal de Setúbal o faça e nem passa pela cabeça, não pode sequer passar pela cabeça fazer acusações dessas, que naturalmente consideramos serem graves. Por isso questionámos o Sr. Primeiro-Ministro sobre se esta conversa e esta referência da Sra. Embaixadora que afirmou ter tido uma reunião com a Sra. Secretária de Estado da Migração e que ambas estavam de acordo sobre a necessidade de encontrar uma outra lista e que, julgo eu, que essa lista será das organizações reconhecidas pelo Alto Comissariado das Migrações. Suponho que é a essa lista a que se refere, e foi sobre isso que questionámos o Sr. Primeiro-Ministro, está na carta e os senhores poderão ver isso.

Antes de ontem, creio, o jornalista do Expresso questionou e fez perguntas escritas e a Câmara Municipal respondeu de boa-fé às perguntas que foram feitas, também será disponibilizado aos senhores deputados, estão registadas, porque elas vieram por e mail e ainda hoje será distribuído em papel as perguntas que foram feitas e as respostas que foram dadas. Naturalmente que o jornalista fez a peça como entendeu, as respostas que estão lá os senhores terão acesso às mesmas. O que questionamos sempre foi a razão pela qual trabalhando com todas estas entidades, que são representativas do Estado Português, ainda não tivesse havido resposta à carta que dirigimos ao Sr. Primeiro-Ministro.

Hoje, tendo em conta esta situação que se continua a arrastar e das notícias que não consideramos que sejam corretas, acabamos de enviar ao Sr. Ministro da Administração Interna no sentido de que, pelos meios que entender necessários, faça as averiguações que entender para que esta situação seja esclarecida, para que os funcionários e a Câmara Municipal continuem a desempenhar o papel que têm desempenhado até agora, fazer a receção aos imigrantes e a encaminhá-los para os serviços competentes para que eles sejam tratados com dignidade. É o que continuaremos a fazer, só queremos é que isto seja tudo esclarecido.

Agora, não é Câmara Municipal que tem condições para investigar questões que não são da nossa competência e, portanto, que nos recusamos a fazer. Há pessoas que são indicadas, dizer que trabalham para a câmara, que estão na câmara, etc. e que os outros organismos da Administração do Estado, também, utilizam, no bom sentido, para ajudar a resolver os problemas que essas entidades têm, julgo que, no mínimo, há quem tem também competência e deva esclarecer essas situações. As entidades que referi são o SEF, o Centro Regional de Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Não tenho mais informação que possa dar, mas continuamos com esta determinação de continuarmos a fazer aquilo que nos compete, que é dar apoio a quem precisa e, neste caso, aos imigrantes que vêm da Ucrânia. É uma determinação que temos, mas o que também pedimos é que quem tem competência para o fazer, que o faça no sentido de esclarecer todo este processo relativamente às acusações que estão a ser feitas a cidadãos, a funcionários da Câmara Municipal e por arrastamento à Câmara Municipal, isso é inaceitável e exigimos esclarecimentos sobre isso.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Era só para perguntar se ia dar a mesma anuência que deu há pouco ao Sr. Presidente que estava cá, sobre as questões que foram colocadas dos senhores deputados, e se ia dar a mesma anuência para elas poderem ser respondidas. Houve várias questões que foram aqui colocadas.

**Presidente da Mesa** – Ó senhor deputado, de facto, tenho que secundar a deputada Vanessa Silva. O facto, do senhor deputado ter estado ausente na parte em que foram dadas as respostas...

**Nuno Carvalho (PSD)** – Senhor Presidente, fiz uma pergunta sobre sim ou não.

**Presidente da Mesa** – Deixe-me acabar a frase. Não vamos falar uns sobre os outros. Já vi que o senhor está a aprender mal a lição parlamentar, tem que estudar melhor o comportamento parlamentar. Sei que está irritado hoje, porque o orçamento passou, já me disseram isso. Mas enfim, são as coisas da vida. Eu também posso estar aborrecido, fazemos companhia nisso.

Não vamos reeditar o que se já discutiu nesta reunião só porque o senhor deputado, que também é deputado da nação, teve outras funções mais altas antes.

Todos temos dúvidas e há dúvidas que nunca se tiram, porque quando as dúvidas são objeto da nossa ação, da ação política...

Veja lá se o senhor quer responder à última questão que a deputada Vanessa Silva colocou. Então as câmaras do PSD também afastaram todos os que eram da nacionalidade russa? Ou as do PS? É que há muitas câmaras que, eventualmente, usaram o mesmo protocolo de relações com as entidades, como já várias vezes, nesta sessão, o Presidente da Câmara referiu. Foi explicado, quer voltar ao início das discussões?

Hoje é tão atípica esta sessão que a Mesa quase que se apaga. Aquilo que a assembleia decidir fazer, até que horas entender, a sessão irá ser assim, mas não vamos replicar constantemente as mesmas discussões.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Senhor Presidente, não sei quantas câmaras municipais é que andaram a acusar o SEF de contratar estes serviços e depois não conseguiram provar, mas se efetivamente alguém tenha dito, de outras câmaras municipais, o mesmo que aqui hoje foi proferido, julgo que essas pessoas devem ter os mesmos esclarecimentos e nas mesmas circunstâncias. Agora quando uma Câmara Municipal é desmentida duas vezes e é colocada no centro das atenções e depois não há lugar a esclarecimentos, é evidente que eles podem vir mais tarde, e naturalmente virão mais tarde, a única coisa que isto causa é que este assunto não se esqueça, porque está por esclarecer e porque claramente não é igual aos outros. Não é igual aos outros, principalmente pela ausência de respostas, porque já se verificou que devia ter havido um cuidado naquilo que é o tratamento com as associações, mas sempre que vem respostas da parte do Sr. Presidente, elas até, inclusive, são acusatórias, dizem que o SEF também usou e o SEF vem a público dizer que nunca usou. Estamos a colocar em causa um serviço tão importante como o SEF e depois não se consegue esclarecer. Esta é a diferença Sr. Presidente, mas só respondi à sua questão, porque esta é a diferença face àquilo que é o comportamento que hoje aqui verificámos e que deve ser esclarecido entre outras e várias questões.

**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara dou-lhe essa oportunidade de rever a matéria desta sessão, também já avisou que as pessoas tinham sido afastadas e foram pedidas intervenções de quem de direito, agora não façam o favor de não querer presumir que a câmara tinha uma conivência para colocar determinadas pessoas pró-Putim ou pró-russas, ou espiões ou não sei o quê, como está subtilmente a dar entender nestas dúvidas. São eternizáveis e as respostas não de vir, mas este cachão de notícias apareceu sobretudo com o Expresso, apareceu ontem, apareceu há pouco tempo e as medidas tinham sido tomadas antes e as respostas não de vir. Agora se quer que elas saltem assim de repente é difícil, esta discussão não é fácil de ter mais esclarecimentos, neste momento, do que aquilo que já foi dito.

**Anita Vilar (CDU)** – Gosto pouco de falar e por isso, se calhar, estou aqui remetida para as calendas. Pergunto-me, quem é que tem a certeza de quem é espião e não é espião? Ucrainiano, russo ou português, ninguém tem. Ninguém tem! Então pronto.

Enfim. Julgo que tem que haver algum decoro, não é acusar a câmara, deixar implícito algumas coisas, como foi deixado pelo senhor deputado Nuno Carvalho e defender o SEF, o SEF que até nem está nada bem visto em Portugal, vá lá perguntar, perguntem às pessoas o que é que pensam do SEF. Matou até, enfim, não vale a pena falar de quem matou, mas é isto. Não podemos entrar por este tipo de paranoia, não podemos, estamos a estimular o ódio, estamos a estimular a russofobia, estamos a estimular a ucraniafobia, estamos a estimular até o PS fobia, estamos a fazer isso tudo.

Pode-se rir à vontade. Pode-se rir à vontade, sou psiquiatra e quando vejo pessoas a rir como agora riu, o meu pensamento nem imagina como fica. Porque aquele senhor que veio aqui falar e que respeito, acabou por também deslizar e estive para lhe perguntar se alguém em Portugal, quando ele aqui entrou,

Lhe perguntou se era russófono ou o que quer que seja. Entrou, veio e instalou-se, fez a sua associação, tem trabalhado e ninguém lhe perguntou, isso em Portugal é proibido e aquilo que ele insinuava e queria que nós fizéssemos é fascismo meus amigos. Não tenho medo, estou velha, estou-me borrifando para muita coisa, muito velha e não me faz confusão nenhuma. Entra alguém e vou-lhe perguntar “*Desculpe lá meu caro amigo ou minha cara amiga, você é russófona ou é o quê?*” Se algum de vocês fossem aí procurar emprego e começassem com essas perguntas, o que é que pensariam? É preciso é calma e decoro, estamos a perder o decoro também em termos políticos e é uma pena. É uma pena muito grande. De facto, a nossa civilização ocidental e cristã está um bocadinho mal, muito mal. Não é só um bocadinho, é muito mal. Tem que haver decoro também, não é fazer acusações à toa, dizer isto, dizer aquilo, daqui a um ano vocês nem sabem como é que isto tudo estará.

**Presidente da Mesa** – A pedido do senhor deputado Nuno Carvalho e se a assembleia aceitar, o executivo, através do senhor vereador Pedro Pina poderá dar mais algumas respostas que estão a ser solicitadas.

**Vereador Pedro Pina** – Percebemos todos a relevância deste tema, mas também acho que era importante fazê-lo com alguma vontade de esclarecer e não com razões que possam, enfim, suscitar outro tipo de motivações.

Se me permite Sr. Presidente, sei que o tempo é curto e já nos estamos aqui a extravasar, mas importa referir que a Câmara Municipal de Setúbal tem um trabalho relacionado com o apoio aos migrantes há mais de duas décadas e que creio que não pode ser beliscado aquilo que tem sido feito, sobretudo, tal como dizia o Sr. Presidente, não pode ser beliscado o trabalho de acolhimento que, ao longo de décadas, tem sido feito para que, de facto, Setúbal seja uma cidade, um Município Intercultural.

Julgo que há aqui duas dimensões completamente distintas das questões que são aqui colocadas, podemos discutir a sensibilidade, podemos discutir se é ou não é razoável ou se foi ou não foi razoável as opções que poderão ter sido feitas relativamente à forma de atendimento ou às escolhas para o atendimento. A propósito disto, também, podemos ter todos muitas reservas e divergências, mas é bom que fique claro que a transparência que tem sido dada a todos estes processos com todos aqueles que têm solicitado, ao longo deste tempo, reuniões, encontros, visitas e algumas das pessoas que estão nesta sala tiveram, tal como eu, em muitos e diferentes momentos em que aconteceu acolhimento, acolhimento a refugiados, reuniões com várias instituições e em matéria de transparência não deve restar dúvidas nenhuma.

Segundo aspeto, relativamente aos procedimentos técnicos, acho que deve ser clarificado definitivamente que os atendimentos são feitos por mais do que um técnico. Há uma equipa técnica de pessoas, técnicos superiores da Câmara Municipal que, ao longo de anos, fazem este trabalho no Gabinete de Apoio ao Emigrante. Foram com estas pessoas, em que uma das pessoas que é referida, trabalha independentemente da sua integração nos quadros da Câmara Municipal, trabalha no Gabinete de Apoio ao Emigrante há muito tempo, numa relação com a associação com quem a Câmara Municipal tinha um protocolo, portanto, esta relação é uma relação que existia com a comunidade de Leste, ucranianos, moldavos, romenos, russos. Sempre existiu e foram vários e diferentes os momentos em que a Câmara Municipal promoveu vários encontros com esta comunidade. Portanto, vamos a questões concretas sobre os procedimentos, ó senhores deputados, os procedimentos que tecnicamente a Câmara Municipal desenvolve, as ditas fotocópias, as questões que são colocadas, decorrem dos procedimentos normais que a Câmara Municipal não tendo como sua competência o fazer, desencadeou na constituição da linha. A Câmara Municipal quando acolhe uma pessoa para fazer a sua inscrição e encaminhamento para o IFP tem estes procedimentos, quando a própria Segurança Social solicita, através de ajuda. Não sei se os senhores deputados sabem, que existem momentos pelas dificuldades relativamente também à questão da língua de atendimentos que são feitos com o Google *translator*. Nomeadamente estas questões que estão aqui a ser referenciadas e que o senhor deputado Nuno Carvalho está aqui a colocar, com a legitimidade que lhe assiste, é bom que saibamos que em caso algum a Câmara Municipal executou um procedimento que não decorra objetivamente das necessidades de encaminhamento para as entidades que concorrem diretamente para o acolhimento de refugiados e isto não deve levantar qualquer questão. Não foram tiradas fotocópias a mais, nem de passaportes...

Quer ouvir a minha explicação ou não está interessado? Se não estiver interessado, posso não continuar.

O que lhe posso dizer, senhor deputado Rui Lamim, é que os procedimentos feitos não foram por uma técnica, foram por vários técnicos que estão no Gabinete de Apoio ao Emigrante e na linha que foi constituída decorrem objetivamente daquilo que é pedido para esses procedimentos, nomeadamente, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, Segurança Social para constituir e instruir o processo de acesso ao Rendimento Social de Inserção que, como bem sabemos, foi uma das medidas que o Governo permitiu que os refugiados, tendo esse estatuto, possam acolher também essa condição, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Todos os processos, todas as componentes técnicas que são realizadas por parte dos diferentes técnicos que estão no Gabinete de Apoio aos refugiados e que decorreu do Gabinete de Apoio ao Emigrante decorrem exclusivamente desta situação e não pode haver dúvidas nenhuma sobre isto.

Podemos sempre ter, enfim, informações que estão veiculadas, notícias, há uma declaração de uma pessoa que se terá dirigido aos serviços, mas da parte da Câmara Municipal desconhecemos, eu desconheço objetivamente que, em momento algum, tenha ou seja feita pergunta sobre os familiares e a origem das pessoas. Eu desconheço! Se o foi feito, para mim será um espanto, até porque isso nem sequer é perguntado no formulário, como sabem isso não é feito, não decorre de nenhum pressuposto. Aceitamos que essa informação esteja vinculada, há pessoas que dizem que essa situação é verdadeira, desconhecemos que os técnicos da Câmara Municipal, no procedimento de acolhimento que é realizado, que decorre de inscrição para aprendizagens do curso de Língua Portuguesa, de inscrição para instrução do processo da medida de rendimento social de inserção façam e coloquem essas questões.

Sobre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, podemos agora estar aqui no diz que disse, se é verdade, se não é verdade, não sei se está aqui alguém ou até em termos de presidentes de junta, se esteve na primeira reunião, por exemplo, que foi feita na presença do Centro Distrital de Segurança Social, na presença do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, onde inclusive esteve a associação Edinstvo presente. A associação Edinstvo, não é responsabilidade da Câmara Municipal, teve ao longo da sua vida, da sua história, relações com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Não estamos a dizer nenhuma mentira, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras pode vir desmentir, não vão desmentir a Câmara Municipal, o que se está a informar é aquilo que tem conhecimento, que havia uma relação que é conhecida e que era pública entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, bem como com outras instituições de emigrantes, no sentido de agilizar a relação com as suas comunidades. Onde é que está aqui a mentira? Agora podemos querer aqui gerir esta informação, não há aqui mentira nenhuma, o que foi dito e posso reafirmar é que da parte da Câmara Municipal de Setúbal o trabalho é feito, de facto, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional diariamente, com o Centro Distrital de Segurança Social e com o Alto Comissariado para as Migrações. Podemos discutir depois os pontos de vista, se era a forma mais sensível, se era a forma menos sensível, se devia de ser, acho que não é legítimo questionarmos a vontade e o interesse de princípio que a Câmara Municipal sempre teve e sempre se moveu no acolhimento às pessoas refugiadas que chegavam a Portugal. Julgo que isso não pode ser, em momento algum, questionado. Não tenho capacidade, não tenho o dom de conseguir fazer leituras face à minha ausência de situações que vêm a público sobre ou não aquilo que são as condições individuais de cada uma das pessoas.

É bom que, também, tenhamos esta informação que tem sido, de facto, muitas as pessoas que têm passado pela linha e já agora, também, dizer e que já foi aqui dito, a Câmara Municipal, face a este grau de acusações que têm aqui sido feitas, até parece que constituiu esta linha com algum interesse, não era dever da Câmara Municipal, a Câmara Municipal é diariamente solicitada para continuar a manter esta linha até no sentido de responder a algumas dificuldades que são compreensíveis dos serviços que têm dificuldade em conseguir responder a muitas destas matérias. Mas é bom que tenhamos noção do que estamos a falar, ao longo deste tempo, de mais de 92 processos. A informação que nos chega, diz a comunicação social, é que há um enorme descontentamento por parte da comunidade ucraniana, aceitamos que possa existir, não temos esse conhecimento assim tão alargado. Já reunimos com algumas associações e estão aqui pessoas presentes que têm falado connosco, que nos têm sensibilizado, que têm dado nota de algumas preocupações, nomeadamente, uma das associações, para não estar aqui a referir nomes, inclusive já enviámos informação por mail a disponibilizar um espaço da Câmara Municipal com horários disponíveis para que a associação possa desenvolver o acolhimento, exclusivamente a Associação de Emigrantes Ucranianos. Senhores deputados podemos querer virar a história ao contrário sobre esta

matéria, do ponto de vista técnico, podemos dizer o que nos vier às emoções ou ao calor da tomada de decisão, mas creio que não devemos confundir as coisas. Sobre a dimensão técnica dos procedimentos, acho que não pode restar dúvidas, sobre as relações com as instituições o mesmo possa afirmar e tem sido este o procedimento que temos tido.

São estes os esclarecimentos que queria deixar e já agora permita-me, Sr. Presidente para terminar, como devem calcular, também, deixo aqui uma palavra aos técnicos da Câmara Municipal, não é a um técnico, a todos os técnicos da Câmara Municipal que ao longo destes meses se têm empenhado de uma forma dedicada para que o processo de acolhimento seja feito de forma lapidar e para que seja o ónus, a situação e a circunstância que leva estas pessoas aqui a chegar ao nosso país e seja o menos doloroso possível e essas palavras também não posso deixar de dizer, no meio de toda esta situação que estivemos a viver nestas últimas horas.

**Paula Soeiro (PSD)** – Senhor Presidente uma interpelação. Julguei que aproveitando esta possibilidade de a Câmara Municipal responder às questões que tinham sido colocadas, era saber se nesta fase é possível ao executivo responder à questão que foi enviada, por escrito, por parte da nossa bancada, visto que ainda não temos a resposta desde o dia 11 de março.

**Presidente da Mesa** – Os documentos que o Sr. Presidente da Câmara referiu na sua intervenção, a carta ao Primeiro-Ministro, as perguntas do Expresso, a entrevista ao Expresso, as respostas, estão cinco documentos a serem organizados para serem, antes da reunião terminar, distribuídos aos senhores deputados para terem conhecimento dessa correspondência e das ações que o Sr. Presidente mencionou. Como já perceberam o executivo não tem nenhum interesse em estar a contrariar a vontade de saber as coisas que os membros dos Grupos Municipais pretendem, porque está debaixo de fogo. O executivo que está de boa-fé vê-se de repente numa situação, retrato de uma ação social de acolhimento de migrantes que têm um mérito enorme na Câmara Municipal de Setúbal e que pode ficar muito manchada na opinião pública nacional, do país, porque as televisões estão cá, porque o Expresso é nacional, porque tudo é nacional. Uma ação de alto mérito deste município por uma questão que ainda não sabemos se tem falha, vamos ver, mas ninguém é capaz de afirmar ou de provar seja o que for, mas o Sr. Presidente já disse que tomou todas as medidas para que alguém averigue se há falhas. Isto está a acontecer, mas não nos podemos, também, permitir num tratamento em mancha de óleo que estamos aqui a fazer de denegrir aquilo que tem sido um trabalho de alto mérito da área social desta câmara e com a implicação de outras entidades. Tomem nota disto por favor, que se o município fosse responsável por uma falha daquelas de arranjar um espião para vir fazer o serviço, havia outras entidades públicas que têm responsabilidades na matéria que estariam implicadas. Vejam bem que grau, que nível elevámos esta discussão. Neste momento, nesta assembleia fazia um apelo aos senhores deputados que ficássemos por aqui para ver se conseguimos concluir a sessão.

**Paula Soeiro (PSD)** – Senhor Presidente, muito obrigado por algumas das observações que fez relativamente àquilo que é a importância e a fragilidade do tema que temos estado a falar até agora, mas fez novamente uma interpretação errada da minha intervenção. Remetia-me, concretamente, às questões que levantei na sessão de 11 de março e que remete para documentação escrita. Talvez, do mesmo modo, como os serviços estão neste momento a elaborar o resto da documentação sobre o tema que deu origem a este longo debate, até agora, e muito bem, para disponibilizar aos senhores deputados desta assembleia, do mesmo modo queria saber se esta documentação, também, está a ser processada para ser entregue no final desta sessão.

**Presidente da Mesa** – Senhora deputada, como há de compreender todos os Grupos Municipais estão a fazer perguntas sobre esta matéria, todas. Umas com incidência num aspeto, outras com incidência noutro.

**Paula Soeiro (PSD)** – Senhor Presidente, é outro tema, tem a ver com a delegação de competências na área social. Vou só aqui enquadrar, por favor.

Foi enviado aos serviços um conjunto de questões para o executivo remetendo aquilo que já tinha sido perguntado nesta assembleia em 11 de março, e que remete para um conjunto de documentos que o Sr. Vereador Pedro Pina, na altura, anuiu que ia disponibilizar, mas que até ao momento, esta bancada não recebeu.

É concretamente o dossier da transição e orientação.

**Presidente da Mesa** - Mas a resposta é a mesma, como há de compreender, neste momento, o executivo está a ser bombardeado com perguntas com vários aspetos diferentes, sobre a Ucrânia, sobre a Ação Social, há várias. A assembleia tem que fazer um bocadinho de António Guterres, vai ver se o executivo consegue o mais rapidamente possível resolver e se dá aqui umas tréguas, o executivo assim que der as respostas serão logo distribuídas. Assim que vierem as perguntas serão entregues, assim que vierem as respostas serão distribuídas.

### III – INTERPELAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

1. **Interpelação ao Executivo** sobre “Refugiados Ucrânia” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Presidente da Mesa** – Temos uma pergunta ao executivo, de 21 de abril sobre os “Refugiados da Ucrânia” da Iniciativa Liberal, que foi enviada ao executivo.

2. **Interpelação ao Executivo** “Competências no domínio social” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Presidente da Mesa** – Esta pergunta, de 27 de abril, do PSD, sobre “Competências no domínio social” também foi remetida ao executivo.

3. **Recomendação** “Pela revisão do Novo Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Marco Costa (PS)** – É difícil falar sobre este tema, se calhar, precisávamos de um quebra-gelo, mas registo que o Sr. Presidente está sempre a implicar com o tempo que gasto nas intervenções e que hoje fique registado que atribuiu perfeita tolerância de tempo a todos por uma questão que todos reconhecemos que é muito importante, sem dúvida, mas também por uma questão que só é muito importante, porque a Câmara Municipal se deixou envolver nesta polémica. Há muitas outras questões que são importantes e que não têm, às vezes, o mesmo tratamento.

Depois deste quebra-gelo acho que consegui chamar um bocadinho a atenção para este tema.

Ao longo destas últimas décadas de gestão da CDU, os setubalenses e azeitonenses têm vindo a assistir a inúmeras intervenções de cosmética urbanística no concelho de Setúbal, com o estreitamento das principais vias e artérias, com a eliminação de centenas de locais de estacionamento, com a implementação de infraestruturas públicas sem o devido acautelamento dos lugares de estacionamento necessários, salvo raras ou raríssimas exceções, a grande maioria destas medidas não contribuiu de todo para facilitar a acessibilidade e a deslocação daqueles cidadãos que necessitam impreterivelmente do seu transporte individual e não contribuiu de todo para retirar a pressão do estacionamento da nossa cidade, antes, pelo contrário.

Uma declaração de princípio, o PS não é contra a regulação do estacionamento. A regulação do estacionamento e a sua respetiva fiscalização são importantes ferramentas para um correto ordenamento do território, para a melhoria da qualidade ambiental, para um melhor usufruto dos espaços públicos, para a satisfação e qualidade de vida de todos os que em Setúbal habitam, estudam, trabalham ou visitam.

Demonstrámos que não somos contra esta regulamentação, aquando da aprovação do plano de ação para o estacionamento. Provámos que não somos contra essa regulação com o nosso contributo na fase de discussão pública destas propostas, mas o PS e todos os partidos da oposição, pese embora a correção estatisticamente e significativa do deputado Jerónimo Lopes, quase todos os partidos da oposição sempre se manifestaram contra este projeto do novo Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado de Duração Limitada no Concelho de Setúbal, apesar de esta proposta ter sido aprovada, porque os senhores dispunham na altura de uma maioria absoluta.

Na verdade, hoje em dia os setubalenses acordaram e viram ser plantadas, sem parar, a crescer e a multiplicarem-se parcómetros ou parquímetros, como queiram entender, por todo o lado, por todas as artérias, por todas as vias que possam imaginar. O Sr. Presidente, neste caso a Sra. Vice-Presidente, pode acusar o PS e todos os partidos da oposição de demagogia, como, aliás, já o fizeram no site institucional do município. Não somos só nós que dizemos isto, não somos só nós que vos damos estes argumentos. A capa do jornal “O Setubalense”, de 11 de abril, evidencia o seguinte: *“Estacionamento pago começa hoje a dar dor de cabeça a todos os residentes e comerciantes do concelho de Setúbal”*. Não somos só nós que dizemos isto, é o senhor Josué que é pescador, que tem que ir deixar o seu carro às 4 da manhã para ir pescar e tem que regressar às 14 horas e tem que pagar estacionamento sem ter alternativa. É a dona Rita que vem lá referenciada no artigo que é proprietária de um café, perto do tribunal, e teme pelo seu negócio e que nos diz assim *“Olhe que não é só o parque do tribunal que é a pagar, isso já tínhamos como garantido, aqui é a cidade toda.”* É a Clara que é funcionária da Segurança Social que não tem alternativa, é a Dra. Bastos Pires, que tinha escrito aqui como hipoteticamente este nome que é advogada, mas posso referir as senhoras advogadas que aqui estiveram presentes, a Dra. Ana Quintino e a Dra. Sandra Mendes que têm uma reunião na Baixa de Setúbal e outra na câmara, não sabem quanto tempo vão demorar e não têm alternativa a este plano de estacionamento. A Inês não encontrou trabalho em Setúbal, não encontrou emprego e aceitou emprego a fazer camas nos hotéis de Tróia, um emprego perto do salário mínimo, ela vai para Tróia trabalhar, regressa no ferry, tem de pagar estacionamento, não tem alternativa. É o Rodrigo que é um CEO de uma empresa em Lisboa, ele comprou casa em Setúbal, ele perde um dia de trabalho a tratar de toda a burocracia para obter o dístico de residente, sem uma única plataforma simplificada, online, onde possa recorrer a esse serviço. E é o André Martins, não é o Sr. Presidente, é o André Martins que é um comunista de gema, que é um defensor acérrimo do Comércio Local, totalmente anticorporativismo, ele pondera deixar de comprar na mercearia e na baixa para começar a comprar no Alegro, porque o estacionamento é gratuito.

Como eles, milhares e milhares de setubalenses, Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidente, eleitos da CDU. Podem acusar-nos de oportunismo, mas não há pior oportunismo do que implementar uma proposta destas numa altura destas, após uma pandemia que nunca imaginámos acontecer, numa altura em que a maioria dos empresários, comerciantes e trabalhadores esperam alguma retoma. Numa altura em que somos assolados por um fenómeno de inflação brutal, numa altura em que presenciamos uma guerra na Europa, uma ameaça brutal à humanidade, à incerteza, à escassez de bens e o aumento dos preços dos bens de primeira necessidade. Não há pior oportunismo do que este para taxar os setubalenses sem que tenham feito qualquer alternativa, não há pior oportunismo do que este de taxar os setubalenses sem que antes tenham implementadas as melhorias nos transportes públicos, na rede de transportes públicos, no terminal rodoviário, não há pior oportunismo que este. Por isso, Sra. Vice-Presidente, senhores membros do executivo CDU, o PS é e será sempre contra qualquer plano que pretenda tarifar uma mancha de estacionamento que vai desde as Fontainhas até ao Parque Urbano de Albarquel, o PS é e será sempre contra qualquer plano de estacionamento que pretenda tarifar uma mancha de estacionamento que vai desde o Rio Sado até à Várzea.

Por todos estes motivos, os eleitos do PS na Assembleia Municipal apresentam, hoje aqui, mas tentamos que seja de uma forma humilde, uma proposta de recomendação para a revisão deste novo Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e apresentamos este regulamento, porque consideramos que as políticas que promovem a melhoria do ordenamento do território não devem, nem precisam de ser hostis com os cidadãos. Porque queremos melhorar a mobilidade e se queremos melhorar a mobilidade, se queremos reduzir a sinistralidade, se queremos promover a qualidade do Ambiente, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, precisamos deles ao nosso lado e não precisamos dos cidadãos contra nós nestas políticas.

Apresentamos esta proposta de recomendação, porque oxalá Sr. Presidente e Sra. Vice-Presidente e membros do executivo, ainda vão a tempo de corrigir tamanhas injustiças, tendo em conta a realidade atual, a realidade socioeconómica e geracional dos cidadãos de Setúbal e Azeitão.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Primeiro referir que, obviamente, o PS diz-se contra muita coisa e a favor de outras tantas, foi, de facto, o PS em período em que a pressão automobilista de circulação e de estacionamento era muito e que inaugurou em Setúbal a questão do estacionamento tarifado. Mas coloco isto de novo, porque insiste em repetir um conjunto de situações que já estão mais do que esclarecidas e clarificadas, portanto, a discussão para o PS é daquelas coisas que é como a pescadinha de rabo na boca, podemos falar à volta dela, podemos esclarecer, podemos dizer que não é assim, mas lá voltamos ao estacionamento desde as Fontainhas até Albarquel, desde a Beira Mar até às Amoreiras, quando já está perfeitamente claro que não é isso que está. Da mesma forma como insiste com questões, que ainda há pouco o Sr. Presidente esclareceu, que estão a ser tratadas e sendo oportunas e corretas serão resolvidas. De facto, esta recomendação que o Partido Socialista aqui apresenta em boa parte acaba por ser redundante, porque as questões que coloca, muitas delas, aliás, na redundância vão além disso, muitas das questões que coloca estão a ser resolvidas. Não só as coloca várias vezes, como estão a ser resolvidas. Depois, importa salientar o investimento que se tem feito em Setúbal, há muitos anos, nas questões de mobilidade, ao contrário do que o Partido Socialista diz, ele não só é intenso como tem efeitos positivos. A circulação automobilista quer nos meios suaves, quer nos espaços que foram devolvidos aos cidadãos, seja para usufruto no lazer, seja para circulação pedonal, não tem comparação a evolução que se tem verificado em Setúbal. Circula-se melhor, quer do ponto de vista automobilístico, quer do ponto de vista da utilização dos meios suaves. Contra esta questão, de facto, não há volta a dar, as cidades nos seus centros históricos têm limites para a entrada de carros para o seu estacionamento e é preciso gerir e gerir bem e é isso que aqui se coloca. Há descontentamento? Há, mas, também, há muitas apreciações positivas, aliás, quando ao longo destes anos, destes quatro anos que se discute o estacionamento aqui nesta Assembleia Municipal e na Câmara Municipal de Setúbal. Temos observado muitos períodos quer do ponto de vista dos cidadãos comuns, quer do ponto de vista dos lojistas, dos comerciantes em que se verifica uma apreciação relativamente aos efeitos positivos das medidas que vêm sendo tomadas. Aquilo que aqui aparece é mais do mesmo, em termos de intervenção reporto, também, para as intervenções que tivemos não só no período antes da ordem do dia, há pouco, como as que tivemos em abril de 2019, quando este assunto aqui esteve e também em abril de 2021, quando o relatório da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade sobre a petição apresentada voltou a esta Assembleia Municipal. Não vou aqui referir o conjunto das artérias que têm vindo a ser beneficiadas, essa beneficiação vai continuar e a criação de novas bolsas de estacionamento gratuito, portanto, não aparece aqui nada que justifique a aprovação desta recomendação.

**Rui Lamim (PSD)** – Iremos naturalmente apoiar esta recomendação. Iremos apoiá-la, porque vamos tentar, esta Assembleia Municipal pelo menos, minorar o impacto que este sistema de estacionamento tarifado imposto à cidade e desenhado pela CDU. Ele poderia ser bem melhor se, por acaso, em período em que a democracia podia ter funcionado de uma forma mais perfeita, se tivessem incorporado as sugestões críticas de outras sensibilidades, se assim fosse até teria sido mais perto, em termos de estratégia, a solução que hoje estava a ser implementada era uma solução de consenso entre todas as bancadas e, muito provavelmente, não tínhamos este problema. Mas temos este problema, e, também, alinharemos na solução para minorar os impactos negativos que este sistema que está a ser implementado tem e vamos tentar fazê-lo da forma mais correta possível sabendo que há várias pressões, há várias tensões neste sistema e ele tem a ver com o que é a liberdade do indivíduo de possuir um carro e deslocar-se neste mesmo veículo. Essa liberdade não pode ser cerceada e muitas vezes vemos que está a ser cerceada pelo facto de ser cada vez mais caro usar o automóvel. Muitas pessoas precisam do automóvel para trabalhar, para deslocar os filhos para a escola, etc., é muitas vezes uma questão de necessidade e esta necessidade existe e a situação tem que ser vista no conjunto. As pessoas usam o carro para ir às compras, o carro para levar os miúdos ao colégio, à escola ou ao Vitória, seja onde for, porque não têm outra alternativa e esta situação é muito importante, porque temos que ver o problema numa visão global.

Colocar os parquímetros e mais uma taxa no momento em que a inflação vai nos 7%, a inflação vai fazer com que todo o mundo fique mais pobre e o estacionamento geral nesta cidade vai fazer com que as pessoas também fiquem mais pobres, é um pagamento extra para aqueles que precisam de trabalhar, para aqueles que vivem longe dos supermercados e têm que carregar as compras no carro. Esta colocação dos parquímetros é apenas o impacto visível das políticas de mobilidade deste município, recorde, já agora e mais uma vez, o número de dias desde que o Sr. Presidente inaugurou a Estação Rodoviária da Praça do Brasil, que ainda não está a funcionar. Esta também é uma maneira de fazer política, de inaugurar equipamentos que não funcionam e hoje ainda não está a funcionar, desde a inauguração já passaram 225 dias e a pergunta mantém-se, quando estará a Estação da Praça do Brasil em funcionamento? Já agora, adiciono uma para que os cidadãos de Setúbal fiquem elucidados, quanto recebeu o município do concessionário do estacionamento até agora? Precisamos de saber, porque isto é um negócio, as pessoas estão a pagar e o município está a ganhar quanto com esta nova taxa?

**Vítor Rosa (BE)** – Acompanharemos esta recomendação do PS em coerência com toda a posição assumida pelo Bloco ao longo deste processo, que foi de rejeição deste Regulamento do Estacionamento Público Tarifado na cidade de Setúbal e todo este processo que tem levado a ampliação desmedida de tarifário de estacionamento na cidade.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 votos contra da CDU.

4. **Recomendação** “Pela Criação de um Passe Municipal Gratuito de Acesso às Praias da Arrábida para os Residentes do Concelho de Setúbal” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Rafaela Nunes (PS)** – O Parque Natural da Arrábida e em especial as praias da Arrábida são os principais ex-libris do nosso concelho, que atrai não só turistas nacionais e estrangeiros, sendo mesmo, para muitas famílias do concelho, a única e até privilegiada opção para as suas férias. No entanto, os munícipes vêm-se cada vez mais privados do acesso e pleno usufruto das praias da Arrábida, sobretudo desde 2017, com a adoção do programa “Arrábida sem carros” pela autarquia, programa este que nunca mereceu consenso entre as forças políticas.

A solução preconizada para 2022, embora mantenha a interdição com cancelas, regista uma relevante diferença comparativamente aos anos anteriores, que é a indisponibilidade de 180 lugares de estacionamento no parque da Secil, deixando, portanto, de existir um dos principais parques de retaguarda sem ser apresentada qualquer alternativa para colmatar esta perda por parte do executivo municipal. Este parque mostrou ter sido de extrema relevância nos últimos anos, tendo em consideração a sua capacidade e elevada procura na época balnear. Além do mais o custo do bilhete individual de autocarro entre o parque da Secil e a praia da Figueirinha é significativamente inferior ao custo do bilhete para o percurso entre Setúbal e a praia da Figueirinha.

Não é admissível num concelho que tem as suas praias como ex-libris, que os seus residentes se vejam substancialmente privados do seu livre acesso e pleno usufruto durante a época balnear, vendo-se quase obrigados a frequentar outras praias fora do concelho, não só por ser mais barato, mas também pelo acesso ser mais fácil.

A bancada do PS acredita que é indispensável criar condições para a utilização do transporte público para acesso às praias da Arrábida e que esta não seja uma imposição do município, mas sim, uma verdadeira opção, uma opção acessível não só para turistas e visitantes, mas especialmente acessível para as famílias e munícipes de Setúbal. Apesar do passe metropolitano ser mais barato, este não é abrangente, não sendo uma opção viável para muitos residentes do concelho que não têm este passe, sendo também um pesado investimento só durante uns meses para usufruir das praias do concelho, que sempre privilegiaram e

frequentaram, às quais perderam gradualmente acesso nos últimos anos. A bancada do PS propõe, então, a criação de um passe municipal gratuito para todos os residentes do concelho de Setúbal, válido apenas nas carreiras de transporte e acesso às praias da Arrábida e durante a época balnear. Pretendemos com isto, devolver as praias aos setubalenses, aqueles que vivem no concelho e que pagam impostos. É imperativo promover esta discriminação positiva para que os munícipes consigam continuar a usufruir e privilegiar as suas praias, procuramos, deste modo, promover um acesso mais abrangente e inclusiva às mesmas.

**Vítor Rosa (BE)** – Estando de acordo com o princípio desta recomendação do PS, deixaria, no entanto, aqui duas ou três notas relativamente a esta recomendação. A primeira é a necessidade de uma facilidade de acesso às nossas praias da Arrábida, no entanto, acho que esta recomendação peca aqui por alguns aspetos do ponto de vista prático. Neste sentido, como é que conseguimos concretizar, em termos práticos, o custo que isto representa para o município, porque limitamos na parte deliberativa que recomendamos à câmara a criação de um passe municipal gratuito para todos os residentes no concelho. Julgo que deveria haver aqui um cuidado, do ponto de vista de pormenor, onde é que seria aplicado e como é que chegamos à comprovação de quem é que é residente no concelho. Em vez de ser para todos, deixava aqui um espaço em aberto, até relativamente a esta recomendação, e começaríamos por abranger primeiro algumas das faixas etárias, nomeadamente para um conjunto de jovens até uma determinada idade, 16 anos por exemplo, e também para faixas mais velhas, com o devido respeito, obviamente, mais idosos, reformados e que seria mais fácil identificar e assim começávamos por este princípio. No entanto, estou de acordo com os princípios desta recomendação.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Não seguimos esta recomendação apresentada pelo PS. A CDU considera que a política de transportes não pode, nem deve ser fragmentada e deve ser vista, quer no plano nacional ou no plano, neste caso, metropolitano. Cremos que esta é, também, a posição formal do Partido Socialista relativamente a esta matéria, mas pronto, fica por aqui.

A Câmara Municipal de Setúbal não tem autonomia para, por si só, decidir sobre esta matéria, dependendo a mesma da Carris Metropolitana e da Área Metropolitana. Depois, algumas das questões que o Vítor Rosa também já colocou relativamente à operacionalidade, como a complexidade à volta de implementação de uma solução deste tipo não vai permitir seguramente a sua execução, pelo menos para esta temporada de praia deste ano. Aquilo que a CDU defende é que se caminhe em conjunto com os demais municípios para uma progressiva gratuitidade de todos os transportes públicos, sem discriminação, nem do fim a que se destinam ou da origem ou da residência dos seus utentes.

**Luís Maurício (CH)** – A bancada do CHEGA concorda com esta proposta, mas acho que deve ter umas pequenas alterações e também concordamos com o que o Bloco de Esquerda disse, devia ser por faixas etárias. De início devia de ser para os jovens e para as pessoas da terceira idade, num futuro próximo alargar para todos. Acho que esta proposta pode ser melhorada, mas devia passar por uma comissão para ser mais bem trabalhada.

**Paulo Lopes (PS)** – Em relação às questões suscitadas, o que nos apraz dizer é que não interessa complicar aquilo que é relativamente fácil, qualquer pessoa hoje com um simples computador ou telemóvel imprime uma declaração da sua residência fiscal, entrando na plataforma da autoridade tributária, e tem aí uma forma simples, bastante exequível o comprovativo em como mora no concelho e dirigindo-se com esse documento à câmara ou serviço acordado entre a câmara e o serviço de transporte, neste caso seria a Carris, é fácil.

Só levantou estas questões, na minha opinião, para não se fazer, é claro para mim que estas questões hoje, em pleno século XXI, são muito fáceis de resolver e ultrapassar. Em relação à questão do custo, que estando associado, eventualmente, às faixas etárias, entendemos que esta proposta deve ser para todos os residentes, é que discriminatória já é a atual situação e se agora vamos discriminar entre os mais novos e os menos novos já entramos em mais uma engrenagem para continuar a discriminar. Todos os setubalenses devem ser abrangidos por esta proposta, isto é uma discriminação positiva de quem trabalha, de quem vive e de quem paga impostos em Setúbal e que deve ter, também, naquilo que é o seu



território uma mais-valia. Isto acontece em Cascais, em Lisboa, em Oeiras, em Aveiro, por aí fora, em várias situações em que existem estas discriminações positivas para valorizar, também, quem vive no território.

Isto é fundamental, porque também já basta a classe média que dizem que é tão sofrida pelos impostos e pelas taxas e taxinhas, isto até deve ser algo bastante familiar a alguns partidos da direita. O que estamos aqui a propor de alguma forma é que a nossa classe média, a nossa a classe mais abastada e a nossa classe menos abastada possam ter este sentimento de pertença a um território que se preocupa com eles. É um território e é um município que numa coisa que não tem grande impacto, do ponto de vista financeiro, mas que diz aos setubalenses que se preocupam com eles naquilo que é, num momento também curto no tempo de 3 meses, uma ou duas carreiras específicas.

Entendemos que esta proposta é justa, valoriza o território, valoriza os setubalenses ou os não setubalenses, mas que adotaram a cidade como residência, portanto, são setubalenses como todos os que aqui nasceram. Acho que esta proposta pode ser melhorada, é uma recomendação ao executivo que lhe compete depois transformar numa proposta para levar à reunião de câmara e posteriormente vir aqui à Assembleia Municipal. É uma base de discussão para se poder dar um caminho e um caminho que é já daqui a pouco tempo, porque o início da época balnear começa muito brevemente.

**Luís Maurício (CH)** – Concordo inteiramente com a vossa proposta e para começar, dar os parabéns, porque estão, pela primeira vez, a pensar nos setubalenses, é muito bom o PS começar a pensar nos setubalenses, mas acho que é uma proposta que tem que começar a ser trabalhada, tem de ser pensada. De início começar-se pelos jovens e pela terceira idade já um bom início, já é algo que estamos a fazer pela população.

Regressou à Sala de Sessões o deputado da CDU.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões o deputado Nuno Carvalho do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 18 votos contra, 17 da CDU e 1 da IL.

**José Magoito (IL)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal é totalmente a favor da utilização de transportes públicos, como única alternativa viável ao uso do automóvel individual. Entende o mérito da recomendação pela criação de um passe municipal gratuito de acesso às praias da Arrábida, para os residentes do concelho de Setúbal, mas não pode deixar de exprimir a sua oposição ao carácter limitativo desta recomendação. Não nos parece justo que se proponha a criação de um passe gratuito para os munícipes deslocarem-se para as praias da Arrábida, quando o mesmo não é proposto para os munícipes utentes que têm de se deslocar para as consultas no Hospital do Outão ou para outras unidades de saúde, sendo este um dos principais problemas da população mais carenciada da nossa cidade. Esta recomendação é de alcance extremamente reduzido, pois todos os titulares do passe Lisboa Viva já podem usufruir do acesso às praias sem qualquer custo adicional, tratando-se de um custo adicional para o erário camarário que deve ser muito bem ponderado, devendo a estratégia de mobilidade ser repensada e planeada de uma forma estratégica e global e não apenas como medidas destinadas a serem populares e virais.”*

5. **Recomendação “Fogos de artifício silenciosos” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Mariana Crespo (PAN)** – O uso de fogos de artifício é uma prática tradicionalmente utilizada nas celebrações portuguesas, como recentemente vimos na celebração do 25 de Abril, contudo, esta celebração e estes métodos, pelo elevado ruído produzido e mesmo pelos compostos que são expelidos, mas principalmente pela situação do ruído é algo que tem um impacto negativo em todas as pessoas, de

uma maneira geral, mas em particular para crianças pequenas, pessoas com deficiência e também em muitos casos os animais não humanos. Aliás, após este tipo de celebrações multiplicam-se os apelos à procura de animais fugidos.

Assim veio o PAN recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que estude alternativas à adoção dos fogos de artifício, porque existem alternativas sem ruído ou pelo menos com menor impacto sonoro, além da realização deste estudo, que, também, privilegie formas mais ecológicas de celebração sem a poluição sonora e ambiental, como é o caso dos espetáculos de laser, e que progressivamente sejam eliminados os fogos de artifício mais ruidosos.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões um deputado da CDU e um deputado do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 2 votos contra do PS e 25 abstenções, 16 da CDU, 8 do PS e 1 do BE.

6. **Recomendação “Promoção da Floresta Autóctone e sensibilização para a sua importância” (PAN)**  
(conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Mariana Crespo (PAN)** – Como é sabido, Portugal tem um património bastante rico de floresta autóctone, em particular a nossa zona que conta com o Parque Natural da Arrábida. A preservação deste tipo de florestas é extraordinariamente importante, em particular, estas espécies que estão muito melhor adaptadas ao nosso clima e carecem de muito menos cuidados como aqueles que são tão frequentemente necessários nas espécies que muitos municípios insistem em implantar nos parques municipais.

Desta maneira, o PAN vem por este meio recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que pugne pela preservação de corredores verdes, que promova as espécies autóctones nos viveiros municipais, que promova a renaturalização de áreas degradadas recorrendo a estas espécies e que repense, também, os procedimentos para o abate de árvores, desenvolvendo e protegendo o património arbóreo único de cada município, que realize campanhas de sensibilização e promova também uma saudação oficial ao dia da Floresta Autóctone, celebrado a 23 de Novembro.

**Afonso Luz (CDU)** – No fundo o PAN vem, mais uma vez, recomendar aquilo que já é feito. Neste caso, presumindo que os procedimentos de abates de árvores no concelho não são corretos, ponderados e assentes nas melhores práticas, apesar disto, estamos de acordo com o fundamental da recomendação e por isso iremos acompanhá-la e votaremos a favor.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões o deputado Nuno Carvalho do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Recomendação “Ucranianos” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**José Magoito (IL)** – Tudo o que foi comentado aqui sobre a questão da Ucrânia e dos refugiados que estavam a chegar ao nosso município, há uma questão que dá a sensação que está a passar em branco, que é a sensibilidade.

O que estamos aqui a tratar é a sensibilidade destes cidadãos ao chegarem ao nosso município e serem recebidos por cidadãos russos. Ora se eles são recebidos por cidadãos russos que não conhecem de lado nenhum, sentem-se, por vezes, intimidados e não se sentem à vontade para expor inclusivamente parte dos seus problemas.

Não direi que isto acontece com todos, mas acontece com alguns, como será, certamente, do conhecimento de algumas técnicas dos vossos serviços. No entanto, todos os presentes já receberam o documento de recomendação ao executivo e o tema que foi, também, abordado na questão que coloquei anteriormente. Assim sendo, solicitamos a esta assembleia que delibere sobre o recomendado ao executivo que:

1. Diligencie de forma imediata no sentido de reunir com associações ucranianas reconhecidas como legítimas pela Embaixada da Ucrânia a operar no concelho e recolha as suas disponibilidades para indicar elementos que sirvam de tradutores;
2. Assegure que os tradutores que prestam a assistência aos refugiados ucranianos acolhidos em Setúbal sejam prestados por elementos referenciados pelas associações ucranianas reconhecidas como legítimas pela Embaixada da Ucrânia, pelo menos, enquanto durar a agressão da Federação Russa à Ucrânia;
3. Que dê conhecimento dessas diligências ao Instituto de Emprego e Formação Profissional e ao Serviço de Segurança Social motivando a extensão dos tradutores, também, para esses serviços.

**Maria João Palma (PS)** – Só quero reforçar que a posição do Partido Socialista foi tomada através da intervenção realizada no início desta Assembleia Municipal e que acompanhará, obviamente, esta recomendação.

**Joana Tomé (CDU)** – A CDU reconhece nesta recomendação uma situação muito clara de discriminação por força da origem em relação a estes dois cidadãos que são visados na proposta. São dois cidadãos naturalizados portugueses que habitam em Setúbal há muitos anos e que desenvolvem atividades que são publicamente reconhecidas como íntegras de apoio e acolhimento a cidadãos de vários países do Leste. Como bem sabemos, aqui na nossa bancada, nem todas as forças políticas representadas nesta assembleia têm o mesmo apreço que nós pela Constituição da República Portuguesa, mas enquanto ela existir devemos cumpri-la e é cumprindo a Constituição que percebemos que, infelizmente, esta recomendação da Iniciativa Liberal o que propõe, na verdade, é uma violação grave dos princípios constitucionais e dos direitos humanos. Mais uma vez esta recomendação instiga à extensão da guerra, ao contexto português e ao contexto da cidade de Setúbal, quando devíamos, pelo contrário, unirmos e estarmos juntos pela Paz. Há aqui um fomentar de xenofobia que em muito desvaloriza aquilo que deve ser feito em Setúbal e que motiva o ódio e a perseguição, não só a estes dois cidadãos, mas também à instituição que representam e à comunidade a que pertencem, por isso votaremos contra esta indignidade que nos propõem nesta proposta.

**Paulo Lopes (PS)** – Não reconhecemos essa superioridade moral que a CDU aqui tem sobre os outros partidos em relação ao respeito pela Constituição. Entendemos que o vosso preconceito contra o mundo ocidental, contra o império americano, seja lá isso o que for, contra a União Europeia, contra a NATO, contra tudo aquilo que vivemos e que nos dá a qualidade de vida que nos permite aqui fazermos em democracia e vocês poderem ter esse tipo de intervenção, que respeito, mas esse vosso preconceito impede-vos de ter a consciência daquilo que é a realidade. Os senhores continuam a acreditar que tudo está bem, no entanto com as televisões aqui presentes o vosso discurso foi radicalmente diferente, as televisões saíram e o vosso discurso voltou àquilo que é a vossa matriz. Hoje a vossa integridade moral foi posta em causa por vocês mesmos, porque vocês reconheceram que era necessário retirar duas pessoas do serviço, porque os ucranianos e porque a comunidade se envolveu para vocês alterarem uma medida. Foram vocês que alteraram, suspenderam o atendimento de duas pessoas russas, porque sobre uma houve uma pressão, uma opinião pública, mais que não seja até por vocês cederem a essa pressão mediática, pública, o que quer que seja. Agora chegar aqui e dizer que há uma superioridade moral do Partido Comunista perante os outros partidos é totalmente inaceitável e ainda bem com a vossa superioridade moral vocês vão de vitória em vitória até à derrota final, espero eu.

**Vítor Rosa (BE)** – Dizer que acompanhamos esta recomendação da IL, tendo em conta todo o conjunto de preocupações que manifestamos no início desta intervenção nesta assembleia relativamente às questões que esta situação está a suscitar entre a comunidade ucraniana.

**Vanessa Silva (CDU)** – Tivemos uma discussão no período antes da ordem do dia, em que foram prestadas informações que já corresponderam a aspetos desta recomendação, como por exemplo, o Sr. Vereador Pedro Pina informou aqui que já tinha havido reuniões com associações ucranianas, foi informado pelo Sr. Presidente da Câmara que a técnica da câmara de origem russa foi afastada deste processo para bem do apuramento de todos os factos, mas não foi numa atitude de suspeição para com a técnica, foi para com uma situação que estava a gerar um conjunto de agressividade latente e para proteger todos os intervenientes, os refugiados e os funcionários da câmara que merecem todo o nosso respeito. Não sei se é esse nosso preconceito que refere, se é o seu preconceito relativamente àquilo que entende ser as nossas considerações que o impede de ouvir aquilo que dissemos. E sim, somos contra a NATO, sim somos contra qualquer bloco armado, somos a favor do desarmamento, somos a favor da Paz e é isso que defendemos.

**Presidente da Mesa** – Não vou dar lições de moral a ninguém, não é nada disso, não há superioridade, mas sinto a necessidade de fazer um aparte. Para se ultrapassar germanofobia foram precisas muitas décadas, se iniciarmos uma outra fobia qualquer, uma russofobia, também vão ser precisas muitas décadas. Há um equilíbrio de posições e é preciso encontra-lo no respeito das opiniões e dos pontos de vista dos outros. Não superioridades morais nenhuma, não há inferioridades morais, mas há a realidade e temos que fazer uma gestão das emoções coletivas que são perigosíssimas. As emoções coletivas são muito perigosas e como responsáveis políticos temos que ter esses fatores em conta, criar uma fobia em relação a um povo inteiro não é dos direitos humanos, não defende nenhum princípio de direitos humanos e esse clima facilmente se cria. As emoções coletivas são muito perigosas, porque são incontroláveis.

Perdoem-me este aparte, mas julgo que é útil pôr algum tempero nesta discussão para que saibamos entender pontos de vista diversos, mas ter em conta situações humanas que são de maior importância para poderem ser desenvolvidas ao longo de muito tempo. Se criamos mais fobias temos mais problemas por muitos anos.

**Rui Lamim (PSD)** – Utilizando uma linguagem mais cordata, a mais cordata possível, irei recordar-vos que há uns dias atrás um português, Presidente da Organização das Nações Unidas, o Eng.º António Guterres, em Moscovo afirmou que seria ou que é o facto quase incontestável por todos que em território russo não há militares ucranianos, mas em território ucraniano há militares russos. Neste sentido temos cidadãos de dois países que são recebidos cá em Portugal em instalações do município, cidadãos em extrema fragilidade, refugiados de guerra, cidadãos ucranianos que são recebidos por cidadãos russos. Se não conseguem perceber o problema que aqui está montado, talvez possam... Não vou por aí, ficamos apenas por isto que é factual.

Esta situação é uma situação que não deveria ter ocorrido, não pode ter ocorrido e que leva, com todas as suas consequências, com todas as suas nuances e muitas outras que foram escritas na comunicação social, o nosso pedido de demissão do Sr. Presidente, porque o Sr. Presidente é, efetivamente, o máximo representante desta organização deste município. É uma situação humana que não é suposto acontecer e que teve a ação e visibilidade, teve a ação do município apenas depois da comunicação social nacional ter tomado conta do caso, porque antes quando alertado na reunião do executivo de 20 deste mês, nada se passou. Pelo que esta recomendação com estes últimos três pontos apresentada pela Iniciativa Liberal nos merece a maior concordância.

**José Magoito (IL)** – Não se trata de homofobias aqui, contrariamente ao que foi dito. Não é homofobias, é russofobias, como disse. Trata-se de uma questão de dignidade perante um povo que chega pelo seu próprio meio, muitas vezes só com a roupa que trazem vestida, sem ter que fazer e que são atendidos por cidadãos que estão a representar um país que os ataca. Ninguém tem nada contra os cidadãos que os recebem, nada, respeitamos o trabalho deles e a qualidade deles, agora o que se pede aqui é um bocadinho de sensibilidade para quem chega. Apenas isso, não misturar os conceitos.

**Presidente da Mesa** – Não fiz nenhuma intervenção sobre o teor da Moção, fiz uma intervenção sobre o quadro do pensamento coletivo. Não faço discussões sobre os temas em debate.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões o deputado Nuno Carvalho do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

#### IV – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Março, mês da juventude, mês de luta”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**José Magoito (IL)** – Gostava de solicitar que esta Moção seja aperfeiçoada, pois o seu considerando não tem relação com a deliberação.

**Simão Calixto (CDU)** – Não entendi a questão do senhor deputado da Iniciativa Liberal, creio que o considerando está a elencar aquilo que são os objetivos da luta da juventude hoje em dia e a deliberação é saudar os milhares de jovens que estão em luta, seja eles estudantes ou jovens trabalhadores. Não entendi.

**José Magoito (IL)** – Os considerandos que a CDU apresenta nesta Moção, no nosso entender não têm relação direta com a deliberação que nos é proposta.

**Francisco Cabral (PSD)** – Acompanhamos na generalidade esta Moção, embora alguns considerandos levem a abstermo-nos na votação, prova disso mesmo é que no passado mês em sede de reunião pública de câmara o PSD apresentou uma Moção para celebrar as lutas académicas e em particular, o 24 de Março. Não nos ficamos apenas por palavras e por isso, também, nesse dia 24 de Março os vereadores do PSD e alguns deputados desta Assembleia Municipal do PSD visitaram a Associação Académica do IPS. Também, levantámos algumas das nossas preocupações e ouvimos, também, algumas das reivindicações dos estudantes, como a questão do RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, como é aqui apontada, habitação estudantil, saúde mental e ação social.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões o deputado Nuno Carvalho do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 1 voto contra da IL e 18 abstenções, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH e 1 do PAN.

**José Magoito (IL)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal tem no seu programa várias medidas que demonstram que o papel central, que a educação, tem no desenvolvimento da sociedade e apesar de se juntar à saudação da celebração do Dia Nacional dos Estudantes e do Dia da Juventude, não pode acompanhar esta Moção, uma vez que os considerandos levados a votação não têm correspondência à exposição feita no texto da Moção. A forma confusa como se misturam temas distintos, complexos sem aprofundamento e detalhe na análise e explicação, é bem elucidativa de uma simplificação de pensamento que nos parece ser incorreta e limitativa de uma discussão alargada sobre o sério problema da educação. Damos um exemplo concreto, numa lista tão extensa não há uma única menção à recuperação da aprendizagem dos alunos mais impactados pela pandemia. Pedimos o aperfeiçoamento da Moção apresentada pela CDU, mais já não é possível.”*

**Pedro Florêncio (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do Partido Socialista absteve-se relativamente à Moção apresentada pela CDU, tendo em conta os considerandos seguintes: Primeiro, não considera que as vias profissionais integrem um ensino de segunda, tal como vem preconizado nesta Moção, na medida em que estas vias são imprescindíveis e reconhecidas para o desenvolvimento económico e social das regiões.*

*O ensino profissional é uma das vias mais solicitadas pelos nossos jovens que aspiram a profissões de sucesso e de valorização pessoal consideradas em desuso por muitos e tão necessárias neste contexto.*

*Em segundo, entendemos que o RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, Politécnico e Universitário, contempla em lei própria a participação dos jovens em diferentes órgãos destas instituições de Ensino Superior, sendo até em muitos deles em paridade com os docentes. Dentro destes destacamos o Conselho Geral, que até elege o Presidente, o Conselho Pedagógico, o Conselho de Representantes, a Associação Académica e ainda o Conselho de Ação Social das Instituições de Ensino Superior em regimento interno, ainda mais, podem ainda as Instituições de Ensino Superior em sede própria assegurar esta participação noutros fóruns.*

*Por último, consideramos que a política de proximidade e a relação com as autarquias, de forma a que os municípios possam ter, também, uma palavra no destino da educação e assegurem as linhas orientadoras para uma visão estratégica de desenvolvimento comunitário, social, económico, cultural e até desportivo de cada município.”*

**Presidente da Mesa** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Tendo votado esta moção, também considero que a lógica da profissionalização da educação não existe. Não existe uma lógica, há um setor de educação profissional, mas não é verdade que barre o acesso aos mais elevados graus de ensino, isso não se verifica e é um sistema que tem tido uma utilidade social enormíssima no nosso país. Há algum mal-entendido, não acompanho, de facto, esta posição que está aqui nos considerandos, mas quero relevar, também, a importância do ensino profissional neste país.”*

2. **Moção “Solidariedade com a luta dos trabalhadores da Docapesca” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Luís Leitão (CDU)** – A presente Moção tem a ver com a luta dos trabalhadores da Docapesca, já desde de setembro que está em causa questões que se prendem com aumento de salários, mais de 60% destes trabalhadores ou dos trabalhadores da Docapesca, a nível nacional, recebem o salário mínimo, coisa que é injusta para aquilo que fazem e inclusivamente para o que produzem ali na Doca e o que garantem em termos do pescado.

Nos dias 13 e 14 viram-se obrigados a fazer greve para chamar mais atenção, o que causou alguma insatisfação junto de quem iria adquirir o peixe, mas como é óbvio, não o fizeram de ânimo leve e imagine-se que tiveram como resposta da tutela 50 cêntimos de aumento no subsídio de refeição e 3€ nas diuturnidades. Realçar aqui que os trabalhadores mais novos não tinham direito às diuturnidades.

O que vem aqui é basicamente a vontade destes trabalhadores, que também são munícipes do concelho de Setúbal, da solidariedade para com a sua luta no sentido do aumento do seu salário, da melhoria das suas condições de vida e no apoio às suas justas reivindicações, às condições de trabalho e à consagração da sua profissão, uma vez que é uma profissão extremamente polivalente e em termos de profissão deve ser consagrada, deve ser reconhecida e deve ter, inclusive, um ou dois perfis funcionais na Docapesca.

Regressou à Sala de Sessões o deputado Nuno Carvalho do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

**António Caracol (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se nesta Moção, não que não esteja solidário para com os trabalhadores da Docapesca, mas por não compreender o facto da necessidade deste instrumento, aliás, não compreender o facto de sempre que existe uma greve dos trabalhadores de uma empresa, a CDU apresentar uma Moção deste género.*

*Também não dispomos de todos os elementos relativamente a esta negociação, embora saiba que nas negociações que ocorreram, como foi citado em setembro, houve avanços, poucos ainda mas houve avanços, nomeadamente 10€ a todos os trabalhadores que recebiam até 800,00€, mas que a negociação estava em bom curso.*

*Dizer que o Partido Socialista é totalmente a favor do direito à greve, de outra forma não seria de esperar, mas pelo que sabemos parece-nos que o momento da convocatória da greve teve mais intenção de desestabilização política em vez de defender realmente os trabalhadores e a continuação dessas mesmas negociações de uma nova tabela salarial.*

*Recordo que o Governo tinha acabado de tomar posse, 15 dias da data desta greve, e como sabemos para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2022 desta entidade, pelo acionista Estado, neste caso seria a Secretaria de Estado do Tesouro, portanto, não tinha tempo ainda para fazer essa aprovação e conseguir ter essa negociação de forma eficaz. Esperemos que as negociações decorram na normalidade, porque os pescadores também ficaram prejudicados com esse tipo de greves, bastantes prejudicados, muitos não sabiam se quer que ia acontecer, muitas famílias, também, ficaram prejudicadas. Daí voltamos a reiterar a nossa total solidariedade para com os trabalhadores da Docapesca e, não só, na boa negociação.”*

3. **Moção “25 de Abril e 1º de Maio”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Nuno Gabriel (CH)** – Uma Moção do 25 de Abril feita pela CDU, não posso deixar de reparar no texto, o qual tem aqui algumas questões que me suscitam algumas dúvidas, nomeadamente “aos nostálgicos do Portugal fascista”, gostaria de perguntar se poderiam indicar quem são esses “nostálgicos do Portugal fascista”. O único partido que vejo que tem condutas e comportamentos suscetíveis de aplicação nestas palavras é o Partido Comunista. Estarão a referir-se a vós próprios? Não sei se será o caso.

Depois gostava, também, de perguntar quando fala em rejeitar o populismo, a insinuação e a mentira enquanto armas políticas, se estão novamente a referir-se ao Partido Comunista ou não?

Continuando com a leitura do texto, verifico aqui que preveem uma redução ou propõem uma redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, pergunto como é que vão compensar o patronato com essa hora a menos?

**Luís Leitão (CDU)** – Acho que o 25 de Abril é grande demais e o 1.º de Maio para se responder a algumas provocações relativamente às questões das 35 horas. O avanço da ciência e da técnica permite que as 35 horas sejam consignadas para todos os trabalhadores, sem redução de salário e não terá de haver compensação sequer a qualquer entidade patronal. É essa a nossa posição.

**Nuno Gabriel (CH)** – Só uma questão, se em vez de 8 horas, trabalhamos 7, há menos produção, como é que compensamos os patrões dessa produção?

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, o deputado Paulo Lopes do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovado por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, e 19 abstenções, 9 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

**Mário Aranha (PS)** – Fez a seguinte declaração de voto: “O 25 de Abril e o 1.º de Maio são das datas mais importantes e definidoras do Portugal democrático e do qual nos orgulhamos, por isso e sendo o PS o partido da esquerda democrática estas duas datas têm um enorme significado afetivo e político.

Normalmente temos o agrado prazer de votar a favor de moções que celebrem os mesmos valores da liberdade e da democracia, contudo nesta moção, em particular, vemo-nos obrigados a abster-nos, concordamos e partilhamos com grande parte do texto. Mas, infelizmente, este documento, embora com algumas reivindicações legítimas, não representa a generalidade desta assembleia expresso no 5.º parágrafo ou no ponto 3 da deliberação, como por exemplo, apelar a uma manifestação promovida apenas por uma central sindical, por isso nos abstivemos.”

4. **Moção “Pela Paz”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**José Magoito (IL)** – Propunha que se votasse esta Moção ponto por ponto.

**Nuno Gabriel (CH)** – Vir aqui a CDU hoje, depois de não ter condenado a invasão russa à Ucrânia e votado aqui contra... Votou nesta sala. Não é mentira, é verdade! Votou nesta sala contra, votou contra a solidarização para com o povo ucraniano, quase culpando o povo ucraniano... Eu estava cá, não diga que é mentira, porque estava cá. Isso é entre vocês que mentem uns aos outros, mas comigo não vale a pena. Se tivesse aqui um buraco e estivesse no vosso lugar metia a cabeça na areia.

**Jerónimo Lopes (CDU)** – Senhor Presidente, defendo a honra e até a da CDU, recordando que o 48.º Aniversário do 25 de Abril, que comemorámos há bem pouco tempo, cujas comemorações se estenderão ao 50.º Aniversário, de facto, garantem que intervenções como aquela que ouvimos anteriormente se possam aqui fazer. É isso que valorizamos muito e é por isso que defendemos e estamos em perfeitas condições de defender a honra. Naturalmente que, quer no que diz respeito à condenação da invasão, quer no que diz respeito à solidariedade para com o povo ucraniano, o que foi dito aqui, se todos estivessem presentes e tivessem ouvido, não diziam as atoardas que disseram.

**Rui Lamim (PSD)** – Todos aqui nesta sala somos a favor da Paz. Todos! Não acho que haja aqui alguém que seja a favor de um militar matar um outro militar num contexto de guerra, porque é guerra, ou de um militar matar um civil, seja ele em contexto de guerra. Mas segundo as normas da guerra, segundo aquelas velhas leis da guerra isto é crime e isto acontece na Europa hoje. Somos todos a favor da Paz, todos! Agora vou correr o risco de ser irónico e de ferir as suscetibilidades de alguém, que não quero. Lembro-me de um certo filme em que estavam a entrevistar uma Miss Mundo, que ali ironicamente era caricaturada como uma pessoa de baixo nível intelectual e o que aquela senhora conseguia dizer era que era a favor da Paz no Mundo. É muito básico. Todos somos a favor da Paz no mundo, mas o problema desta Moção é um outro, é que ao dizer que todos somos a favor da Paz no mundo e ignorar tudo o resto não estamos, de certa forma, a validar o agressor e este é o ponto que vocês, com o devido respeito, não conseguem elencar, porque efetivamente há militares de um país num outro e não há militares desse país no primeiro. E o que o António Guterres disse em Moscovo, sítio que vocês tanto gostam, a isto chama-se invasão, palavra que vos causa problemas e é incompreensível como é que as pessoas, nós que somos todos pela Paz, não conseguimos condenar esta invasão.

**Nuno Gabriel (CH)** – Só para ficar aqui bem esclarecido de uma vez por todas. Votaram contra o Voto de Pesar da invasão sobre a Ucrânia e não se solidarizaram com esse povo. Estava cá, vi, ouvi e está gravado. Relativamente a esse tipo de vocabulário de atoardas e por aí fora, deve ser vocabulário da extrema esquerda que não está muito habituada a ler.

**Ponto 1** – Aprovado por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 8 abstenções, 6 do PSD e 2 do CH.

**Ponto 2** – Aprovado por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE e 1 da IL, e 9 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH e 1 do PAN.

**Ponto 3** – Aprovado por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 4 votos contra, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 abstenções, 10 do PS e 6 do PSD.

**Ponto 4** – Aprovado por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, 1 voto contra da IL e 9 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH e 1 do PAN.

A Moção na sua globalidade foi aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor, 1 voto contra da IL e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN.

**José Magoito (IL)** – Fez a seguinte declaração de voto: “A Iniciativa Liberal relativamente a esta Moção de Paz votou contra, porque entende que a Ucrânia não quer uma Paz subjugada à invasão do agressor, por existirem outros valores mais altos que valorizam, como é o exemplo da liberdade e da democracia.

A Iniciativa Liberal votou contra a presente Moção, não por ser contra a Paz ou a favor da guerra, mas simplesmente porque os artifícios linguísticos presentes na Moção demonstram, mais uma vez, o esforço da CDU em tentar justificar uma posição incompreensível e injusta num mundo de Paz e cooperação. Sejamos claros, uma Paz negociada com uma arma encostada à cabeça nunca será aceite, nem legítima, tão pouco se entende quais são as vozes que apontam no agravamento do conflito, podendo apenas depreender-se que se trata de uma referência velada ao regime autocrático russo.

Ficam por explicar dois pontos plasmados nos considerando como se fossem de limitada importância, embrulhados numa Moção de Paz apenas sem título, o desarmamento da Europa e a criação de uma nova ordem internacional.

Pelos motivos acima referidos não nos parece que a presente Moção tenha algo a ver com a Paz.”

5. **Moção “1.º Maio - Dia do Trabalhador ‘Por empregos Decentes e Salários Dignos’ (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Paula Soeiro (PSD)** – Fez a apresentação da Moção, lendo-a.

**Luís Leitão (CDU)** – Relativamente a esta Moção, parece que o PSD nunca passou por Governo algum e vou recordar só aqui factos, diz que é preciso combater a precariedade, sim é verdade, reconhecemos que é preciso combater a precariedade e até vamos votar favoravelmente esta Moção. Mas quer dizer, que o Sr. Professor Aníbal Cavaco Silva instituiu o trabalho temporário, que é uma chaga na precariedade, é passar uma borracha por tudo aquilo que se fez. Esquecer que o Sr. José Durão Barroso e o Sr. Bagão Félix foram o pai do Código de Trabalho onde instituíram o banco de horas, onde instituiu a caducidade da contratação coletiva, onde acabou e terminou com o princípio de tratamento mais favorável ao trabalhador é passar com uma borracha por isto tudo e pela política que foi feita. Atenção que estamos a falar de Governos PSD.

Em 2011, Pedro Passos Coelho, aumentou o horário de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública para as 40 horas, abriu o princípio àquilo que poderia ser o fim do subsídio de férias e do subsídio de Natal ao pagar os mesmos em duodécimos ou permitir o pagamento dos mesmos em duodécimos, felizmente que foram recuperados.

Portanto, entendemos que iremos votar a favor da Moção por concordarmos com ela, não entendemos é que se possa passar com uma borracha pelas políticas que foram feitas pelo PSD, nomeadamente o ataque à legislação laboral e aos direitos dos trabalhadores.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

**V – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E VOTOS DE PESAR**

1. **Saudação “1.º de Maio” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Maria João Palma (PS)** – Os anos passam e as reivindicações ouvem-se e muitas desigualdades continuam. A entrada das mulheres no mercado de trabalho disparou nas últimas décadas, mas em média as mulheres trabalhadoras ganham por mês menos 157€ e alguns centimos de remuneração base do que os homens trabalhadores. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no universo laboral também depende da divulgação das boas práticas para o equilíbrio entre mulheres e homens em lugares de decisão, apoiando o acesso das mulheres a essas funções através das suas competências individuais e atuando ao nível dos processos de recrutamento e desenvolvimento de carreiras, incluindo políticas de

remuneração mais igualitárias e a adoção de planos para a igualdade e de códigos de ética e de conduta que assegurem a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres no trabalho.

Assim o 1.º de Maio de 2022 deve honrar a memória daqueles e daquelas que lutaram e lutam para que as atuais gerações possam viver de forma condigna, como também manter a centralidade da temática da igualdade de género no mundo do trabalho para Portugal ser mais igual e onde ninguém fique para trás. É fundamental dar resposta a questões como a conciliação da vida profissional e familiar, o direito a desligar, a qualificação profissional, a sustentabilidade ambiental, a expectativa de carreira e um salário digno.

Esta é a Moção que vos apresentamos e que colocamos à vossa disposição para leitura e votação.

**Luís Leitão (CDU)** – Aqui diz que 3 anos antes morreram em Chicago, portanto, os acontecimentos de Chicago foram em 1886, estamos a falar em 1891, são 5 anos antes e não 3. Era só esta pequena retificação.

**Maria João Palma (PS)** – Foi um lapso e pedimos imensa desculpa. Que seja retificado em ata.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

2. **Voto de Pesar “Falecimento de António Manuel Maldonado Gonelha”** (PS) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Afonso Luz (CDU)** – É sabido que se trata de uma pessoa com quem tivemos profundas divergências políticas, em particular quanto ao movimento sindical e à implementação da precariedade laboral, mas obviamente que manifestamos pesar pelo seu falecimento e acompanharemos este voto.

Não havendo mais intervenções, foi o Voto de Pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

3. **Voto de Pesar “Pelo Falecimento Eunice Muñoz”** (PS) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Sónia Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão)** – Dizer que a bancada da CDU reconhecendo a Eunice Muñoz como uma referência no Teatro Nacional e o seu contributo dado à cultura no nosso país, iremos, naturalmente, acompanhar o Voto de Pesar da bancada do PS.

Não havendo mais intervenções, foi o Voto de Pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em memória dos falecidos.

4. **Voto de Homenagem “Adriano Correio de Oliveira”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Ilídio Ferreira (PS)** – Dizer que o PS se solidariza com este voto de homenagem a este que foi um dos grandes cantores da resistência antes do 25 de Abril e que continua depois do 25 de Abril.

Não havendo mais intervenções, foi o Voto de Homenagem aprovado por unanimidade e em minuta.

5. **Saudação “Dia Nacional do Combatente”** (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Rita Sereno (PSD)** – Fez a apresentação da Saudação, lendo-a.

Não havendo mais intervenções, foi a Saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Voto de Saudação ao 25 de Abril** (BE) (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Nuno Gabriel (CH)** – Vir aqui o Bloco de Esquerda fazer uma saudação ou uma moção ao 25 de Abril, quando é atualmente ainda um albergue das FP 25, dos ex-membros das EF 25. 40% do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda são gémeos e filhos de criminoso que gosta de o ser, tem um bom assessor ou já teve um assessor que disse publicamente que a polícia é uma bosta e que nas manifestações onde participa ostentam cartazes que dizem “Polícia bom, é polícia morto” vir aqui fazer um Voto de Saudação ao 25 de Abril, quando toda a sua conduta é contrária àquilo que reflete o 25 de Abril, abstenho-me de comentar e fica ali para o Sr. Vítor Rosa.

Não havendo mais intervenções, foi o Voto de Saudação aprovado por maioria em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e 3 votos contra, 2 do CH e 1 da IL.

7. **Voto de Saudação ao 1º de Maio** (BE) (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o Voto de Saudação aprovado por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e 3 abstenções, 2 do CH e 1 da IL.

#### **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Janeiro, Fevereiro e Março – 2022** (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Ilídio Ferreira (PS)** – Senhor Presidente vou fazer uma intervenção que é essencialmente destinado ao Sr. Presidente da Câmara, como ele não está dirijo-me à Sra. Vice-Presidente, embora, se calhar, vir-lhe a chamar Sr. Presidente algumas vezes, mas peço-lhe que me desculpe.

Vou falar sobre uma atividade do Sr. Presidente que deve ter merecido muito da sua atenção e ocupar parte do seu tempo dada a importância do assunto, as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

O manifesto dessas comemorações diz que o programa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril será orientado por uma Comissão de Honra constituída por um conjunto de personalidades da sociedade setubalense que se identificam com os valores de Abril, diretamente convidadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Setúbal. Citei. Ou seja, o Sr. Presidente da Câmara convidou diretamente 59 setubalenses para orientar as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que ele escolheu sem ouvir os restantes partidos com assento nesta Assembleia Municipal e sem ligar importância a uma Comissão Eventual criada por esta assembleia em dezembro passado e destinada a preparar as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Com a orientação das comemorações atribuídas a essa comissão, que espaço fica reservado para a Comissão Eventual? Mais que nunca, nesta data em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril, deveria haver um consenso alargado de todas as forças políticas. O 25 de Abril é de todos, mas parece que o Sr. Presidente da Câmara entende que o 25 de Abril é dele, ou dele e de mais algumas pessoas do seu partido

e que, de forma autocrática, à revelia da Assembleia Municipal e dos outros partidos decidiu quem deve orientar as comemorações.

Nem sempre foi assim, no mandato de 1990/1993, sendo o Presidente Mata Cáceres, e em que fui vereador, apesar do PS dispor de maioria absoluta, aquando da atribuição de condecorações a cidadãos no dia da cidade era solicitado aos vereadores da oposição que apresentassem sugestões de pessoas a condecorar, depois todos os nomes eram analisados por toda a vereação. Já depois de ter lido o manifesto e de ter tido conhecimento da primeira reunião da comissão, ouvi o Sr. Presidente, no passado dia 25, saudar todos os autarcas setubalenses desde o 25 de Abril e reconhecer que os autarcas têm sido os grandes construtores das melhorias verificadas em Setúbal nos últimos 48 anos. Quanto a isto, penso que estamos todos de acordo, muito do que de melhor se fez em Setúbal, desde o 25 de Abril, e que contribuiu para a melhoria do concelho e da vida dos setubalenses deve-se ao Poder Local, bem como um vasto conjunto de associações de natureza social, recreativa, desportiva, etc., que ao longo dos 48 anos decorridos congregaram boas vontades de muitos e muitos cidadãos. Seria assim de esperar que a Comissão de Honra representasse e correspondesse a um sentimento de gratidão e de reconhecimento para com muitos desses cidadãos. Estou certo de que se o Sr. Presidente tivesse ouvido os vários partidos e a Assembleia Municipal, isso teria acontecido, mas não aconteceu. Se é verdade que na Comissão de Honra estão alguns dos protagonistas dos 48 anos do 25 de Abril em Setúbal, muitos outros faltam. Porquê? Só o Sr. Presidente o saberá.

Veja-se, não irei dizer nomes por respeito pelos membros da Comissão de Honra e pelos que não fazem parte, mas, naturalmente que algumas pessoas saberão a quem me refiro. Há maiores protagonistas do Poder Local que os presidentes de câmara? Pois dos 3 presidentes de câmara vivos nenhum foi convidado para a Comissão de Honra. Nenhum foi convidado para a Comissão de Honra. Asseguro-vos, porque falei com os 3. Será porque um é do PS? E os 2 eleitos pela CDU, um saiu do PC, e já foi candidato independente contra esse partido, e pelo que consta as relações com a última presidente não serão as melhores.

Quanto a presidentes da Assembleia Municipal dos 7 ainda vivos, 2 não fazia sentido convidar, o atual Presidente da Câmara e um seu adjunto, dos restantes 5, o Sr. Presidente convidou para a Comissão de Honra os 2 que menos tempo de funções tiveram, e pelo que se conhece, menos atividade pública desenvolveram. Ficaram de fora uma Sra. Presidente da AM pela CDU, porque, para além de presidente em 2 mandatos, foi ainda vereadora e teve um percurso cívico antes e após o 25 de Abril por todos reconhecido e perante quem, se me permitem, me vergo, porque com a pessoa em causa lidei e reconheço-lhe a grande estatura moral. Bem como dois presidentes da Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, um que, para além da sua função, foi presidente da Associação Empresarial de Setúbal durante 13 anos, entre 1986 e 1999, num período muito difícil para Setúbal e onde deu um contributo muito importante para a recuperação económica e social do concelho. O outro foi autarca durante 6 mandatos, 24 anos, e, para além disso, foi dirigente desde o 25 de Abril de quase uma dezena de associações do concelho.

E membros da Assembleia Municipal, identifico na comissão alguns membros de anteriores assembleias municipais com quem tive oportunidade de privar e trabalhar nesta assembleia. Diferentes partidos, mas se tomar em conta o número de mandatos e a contribuição dada no desempenho das funções, bem como o trabalho feito na área associativa, outros deveriam também estar por maioria de razão, por exemplo, não vejo ninguém do PSD quando este partido teve autarcas com vários mandatos realizados. Os presidentes de junta, os autarcas com desempenho mais próximo das populações, só vejo uma antiga presidente da CDU e os outros dos vários partidos onde estão? Deixando o Poder Local e passando para as associações, muitas pessoas mereciam estar nessa comissão, pessoas que deram anos e anos de vida de forma altruísta ao movimento associativo e que deveriam ser reconhecidos.

A forma como o Sr. Presidente a criou legítima que a comissão já seja chamada da comissão dos camaradas, apoiantes e amigos do Sr. Presidente, a que juntou algumas pessoas que não o são para melhorar a credibilidade. O Sr. Presidente anda por aqui há pouco mais de 20 anos, isso não lhe retira naturalmente legitimidade, mas retira-lhe memória, retira-lhe conhecimento. Dos outros 28 anos de vida setubalense o senhor sabe muito pouco ou nada, deveria em assunto tão relevante e importante para todos ter sido mais cuidadoso e falar com quem tem memória e conhecimento. E há nesta Assembleia Municipal e nos vários partidos com representação, várias pessoas que viveram os últimos 48 anos e que

conhecem a realidade passada e os protagonistas. Como sabe Sr. Presidente, a história faz-se de factos e de memórias e tem o seu próprio percurso. Quem, ao longo da história, a tentou escrever à sua maneira ficou sempre, mas sempre, no lado errado da história.

A forma como o Sr. Presidente iniciou o processo de comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, foi a pior possível, mas há ainda tempo para corrigir, se assim o quiser, depende da atitude que tomar, ou segue o ensinamento de Bento Jesus Caraça que dizia não rezear o erro, porque estava sempre pronto, sempre disposto a corrigi-lo, ou segue aquela máxima de alguns que se julgam eleitos e que acham que raramente se enganam e nunca têm dúvidas. Uma coisa é certa, o Sr. Presidente desrespeitou os setubalenses ao não ouvir as forças políticas que representam a maioria dos setubalenses e relembro que o Sr. Presidente foi eleito com pouco mais de um terço dos votos dos setubalenses que votaram. Ignorou aquela que é a casa da cidadania de Setúbal, a Assembleia Municipal, e ostensivamente esqueceu muitos dos que desde o 25 de Abril mais contribuíram para o progresso desta terra. A continuar assim, Sr. Presidente, assume-se como o Presidente desta Câmara, do pós 25 de Abril, que maior desrespeito demonstra para com os representantes dos municípios setubalense, os membros desta assembleia.

**Paula Soeiro (PSD)** – A minha intervenção contava a com a presença do Sr. Presidente do executivo. É verdade que temos aqui os restantes membros, e no meu entender, lamentavelmente, apesar de compreender que o Sr. Presidente da Câmara tem inúmeras funções, inúmeras responsabilidades e que pode por algumas situações em concreto não estar presente nesta assembleia, não me parece que ao mesmo tempo, em que esta assembleia está aqui reunida para apreciar aquilo que são os trabalhos do município relativamente à qualidade de vida expectável para os municípios, que o Sr. Presidente do executivo esteja, se não está neste momento em concreto, estava há poucos minutos atrás, num canal da televisão. Não me parece que seja uma situação de carácter urgente, nem no meu entender e no entender da nossa bancada, que seja muito digno relativamente àquilo que seriam as funções expectáveis da sua presença aqui nesta assembleia. Assim como na continuação até da intervenção do deputado do Partido Socialista, também a constituição de uma comissão de honra, possivelmente até gizada nos corredores dos Paços do Concelho, fazendo tábua rasa daquilo que foi uma proposta aprovada por esta Assembleia Municipal, também não seria a atitude em que esperávamos por parte deste executivo.

Contudo, remetendo para aquilo que é a apreciação escrita do Sr. Presidente, penso que os restantes vereadores tomarão boa nota.

Reiteramos o pedido realizado na Assembleia Municipal de 25 de fevereiro, relativamente à apreciação da informação escrita, isto porque a informação agora apresentada relativamente ao 1º trimestre de 2022 continua, na nossa opinião, sem dar resposta a alínea c), do número 2, artigo 25, da Lei 75/2013, de 13 de setembro, que determina a realização de apreciação de uma informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e a situação financeira do município. Gostaríamos assim de perceber objetivamente qual é a apreciação efetiva da atividade e qual a situação financeira reportada no relatório. Pois, este relatório carece de uma síntese do exercício que vá, para além, das palavras iniciais do Sr. Presidente que, de facto, resume a importância que deve dar esta informação com a seguinte expressão *“com o propósito de cumprir a formalidade legal”*. Se é somente com o propósito de cumprir e apenas só uma formalidade legal, então limita-se a depositar neste documento de 248 páginas, um somatório de informações, de ações e tarefas realizadas pelas várias estruturas que compõem a orgânica do município.

Em todo o caso, identificámos alguns aspetos que gostaríamos de perceber melhor, uma vez que é de todo impossível correlacionar dados, tais como a ocorrência de 13 acidentes no local de trabalho, no entanto, não existe informação em que serviços, em que circunstâncias ocorreram e quais as medidas para a prevenção ou não da recorrência dos mesmos, ou então, até correlacionar a prevenção em resultado da formação com a diminuição de acidentes.

Também consta no relatório no Departamento de Obras Públicas, da Divisão de Habitação, a realização de 115 atendimentos, mas mais do que enunciar números no relatório deveria constar a justificação para que 25% dos atendimentos para pedidos de obras não tenham sido resolvidos. Não foram apresentadas as datas de realização de algumas das reuniões, que parecem ser determinantes para algumas tomadas de posição do executivo, nomeadamente as que respeitam às áreas das novas transferências de competências, como, por exemplo, a data da segunda reunião da Comissão de Transição do Dossier de Competências em matéria de Ação Social e Rendimento Social de Inserção ou ainda a data das visitas às



unidades funcionais dos Centros de Saúde do ACES Arrábida a transferir para o município no âmbito, também, do Auto de Transferência das Competências na Área da Saúde e que teve a presença de diversas entidades.

Termino dizendo, conforme referimos na assembleia de 25 de fevereiro, continuamos a considerar que toda esta informação em nada dignifica o trabalho do executivo, nem se pronuncia sobre o mesmo e ainda acrescentamos que não dignifica, nem valoriza o trabalho dos recursos humanos neste município, nem a resposta às necessidades dos setubalenses.



**Vice-Presidente da Câmara** – Relativamente às questões que foram colocadas sobre o relatório, julgo que pouco têm a ver com o relatório, foram muito mais opiniões expressas pelas duas bancadas relativamente a questões, algumas de forma, outras de conteúdo, não das atividades, mas de opções tomadas pelo executivo municipal.

O Sr. Presidente não está aqui e responderei sobre aquilo que me diz respeito. Relativamente à questão da Comissão de Honra era inviável ter uma Comissão de Honra que pudesse ser tão lata, tão lata, tão lata que depois não conseguisse operacionalizar aquilo que é a sua função. Quanto às comemorações, estas não ficarão pela Comissão de Honra, como é óbvio, serão criadas outras comissões de trabalho em que todas as instituições da cidade serão convidadas a participar, porque o nosso objetivo é realmente termos umas grandes comemorações do 25 de Abril e é para isso que estamos a trabalhar. Agradecemos a todos aqueles que decidiram integrar a Comissão de Honra e que se disponibilizaram voluntariamente a trabalhar neste projeto que, estamos em crer, será um projeto muito importante e que deixará a marca de vida que os 50 anos nos merecem de comemoração da data da revolução.

Relativamente às questões colocadas pela senhora deputada Paula Soeiro, não compreendi a questão por causa dos acidentes de trabalho, estava aqui a tentar perceber.

**Paula Soeiro (PSD)** – Na página 34.

**Vice-Presidente da Câmara** – Na página 34, peço desculpa, mas é o turismo. Se calhar estamos a ver algum documento diferente.

**Paula Soeiro (PSD)** – Senhora Vice-Presidente, realmente não o imprimi na sua totalidade, mas não tem problema, depois enviou a informação concreta.

**Vice-Presidente da Câmara** – Relativamente aos acidentes em trabalho, temos um procedimento que, após a questão do acidente ter acontecido, é feito um relatório de averiguação do acidente em causa, são efetuadas as peritagens pelas nossas técnicas de Higiene e Segurança no Trabalho e são propostas recomendações a cada responsável de cada serviço, no sentido de se perceber se há causas que possam ser minimizadas para que acontecendo um acidente do mesmo tipo possam ser tomadas medidas ou se as causas são exteriores ao serviço e não há essa capacidade. Esse relatório vem sempre para meu conhecimento e depois segue para o conhecimento de cada um dos dirigentes responsáveis com o propósito de tomarem as medidas adequadas. No fundo é isso que fazemos. Não colocamos aqui os relatórios, porque eles, como é óbvio, têm dados pessoais dos nossos trabalhadores e, por isso não os podemos colocar. Estamos a quantificá-los nesse sentido, mas se, entretanto, a senhora deputada nos poder fazer chegar concretamente as suas questões, vou pedir aos serviços técnicos para ver se há possibilidade dessa informação poder vir da forma que a senhora deputada está a colocar.

**2. Deliberação n.º 11/2022/AM – Proposta 01/2022/CDU - Eleição de um presidente de Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025**

**Presidente da Mesa** – Para esta eleição há uma proposta da CDU, a qual propõe o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Costa.

Após votação secreta, foi aprovada a proposta que elege o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Costa, para o Conselho Municipal de Educação, com 20 votos a favor, 4 votos contra e 14 brancos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

**3. Deliberação n.º 12/2022/AM - Delib. CM 1233/2022 - Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Setúbal - Mandato 2021-2025**

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

**4. Deliberação n.º 13/2022/AM – Proposta 01/2022/PSD – Criação de Comissão Eventual de Acompanhamento da Saúde no Concelho de Setúbal**

**Isabel Conde (PSD)** – No passado dia 7 de abril assinalou-se o Dia Mundial da Saúde, instituído pela Organização Mundial de Saúde, sendo o momento privilegiado para lembrar que a promoção da saúde depende de comportamentos e atitudes individuais e também de aspetos de dimensão coletiva e intervenções externas, nomeadamente de questões relacionadas com políticas públicas. Para um país que se pretende mais justo e moderno, Portugal deve garantir a equidade no acesso a cuidados de saúde de qualidade, só desta forma eficiente é que conseguirá alcançar os necessários objetivos de sustentabilidade, de responsabilidade e de solidariedade social.

Para a bancada do PSD é prioritário proporcionar aos cidadãos condições dignas de vida como fator determinante na prevenção contra a doença. A saúde é um dos mais importantes fatores de integração e coesão sociais, mas também de produção de riqueza e de bem-estar. Uma política saudável leva a uma vida saudável. No nosso município, a dinamização de um estilo de vida saudável, passa pela acessibilidade de todos a respostas de equipamentos de saúde inovadores e com qualidade, bem como a espaços e ambientes saudáveis. Um município saudável leva a uma vida saudável.

A bancada do PSD felicita todos os profissionais de saúde e quem diariamente colabora para tal fim, enaltecendo e agradecendo todo o trabalho e dedicação. Assim, solicita-se, ao abrigo do disposto do regimento da Assembleia Municipal de Setúbal, a criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento na Saúde, composta por elementos de todas as forças políticas ou coligações representadas e com uma duração de 6 meses. Uma vez que a proposta foi entregue e sendo do conhecimento de toda a assembleia, solicita-se ainda a dispensa da sua leitura.

**Vanessa Silva (CDU)** – A bancada da CDU considera que as preocupações que são plasmadas nesta proposta, são preocupações que também acompanhamos, mas lembramos que temos uma comissão já criada na Assembleia Municipal que pode assumir estes trabalhos que aqui são propostos e pensamos que a criação de uma comissão eventual esvazia o funcionamento da comissão que temos criada na área da cultura, da educação, dos assuntos sociais e da saúde. Não vemos necessidade de criar uma nova comissão. Pensamos que, no quadro desta comissão, se podem analisar algumas das propostas que aqui são colocadas ou, eventualmente, mesmo todas, não fizemos ainda essa discussão, mas pensamos que deve ser nesse quadro que se deverá trabalhar.

**Isabel Conde (PSD)** – Gostaria de lembrar que, às vezes, há aqui algumas distrações, mas houve uma assembleia específica na área da saúde, e na altura, penso, que todas as bancadas concordaram, pelo menos de acordo com os discursos, poderemos rever em ata em sede própria, com esta comissão eventual. Julgo que é importante lembrar.

**Presidente da Mesa** – Senhora deputada, não quero estar a contrariá-la, mas, salvo erro, acordou-se que sempre que fosse necessário faziam-se discussões e sessões especializadas da assembleia. As comissões foram decididas em sede de regimento, já depois disso houve a iniciativa de se criar uma Comissão

Eventual para o Cinquentenário do 25 de Abril e outra para o Acompanhamento da Comenda, motivadas pelas circunstâncias de haver 50 anos e de haver a situação da Comenda. Esta está proposta para seis meses e, também, era melhor esclarecer, talvez, um pouco mais qual o motivo da criação agora e durante este período curto de 6 meses, o que é que motiva este espaço temporal e qual é a circunstância que levaria à criação desta comissão.

**Isabel Conde (PSD)** – Este ato decorreu, por exemplo, e aí assumo a minha própria ausência do meio das assembleias e depois houve várias extraordinárias e, portanto, este tipo de proposta não poderia ser aí aprovado. Também aproveito para relembrar que toda esta questão foi despoletada, aliás, com a demissão, e vamos relembrar o que aconteceu no Hospital de Setúbal. Foi assim que tudo se iniciou e pensamos que esta assembleia tem nas suas competências o questionário acompanhar e aí fará sentido, do nosso ponto de vista, e na altura acompanhado por todos, existir esta comissão eventual. Não é uma comissão fixa, será uma eventual e daí a proposta de 6 meses, de acordo com o regimento. Penso que clarifiquei.

**Luís Maurício (CH)** – Senhor Presidente gostava de colocar uma questão sobre as comissões, se me der autorização, porque é um bocadinho fora deste assunto, mas tem a ver com as comissões. Está aqui um representante do executivo e gostaria de saber porque é que o executivo fez uma comissão de 60 amigos para a Comissão do 25 de Abril, tendo a Comissão 25 de Abril já ter sido composta aqui na Assembleia Municipal? A minha questão é, ou não confia nos eleitos pela população da CDU, do Bloco de Esquerda, do PS, do PSD, porque é que faz uma comissão nova existindo já uma Comissão da Assembleia Municipal?

**Presidente da Mesa** – A resposta que havia a dar, a Sra. Vice-Presidente, depois da intervenção do senhor deputado Ilídio Ferreira, disse o que podia dizer sobre isso. A questão é a mesma, se quiser que a Sra. Vice-Presidente a repita...

**Luís Maurício (CH)** – Agradecia que repetisse, porque não ouvi.

**Presidente da Mesa** – Não ouviu a resposta após a intervenção do senhor deputado Ilídio Ferreira? O senhor deputado Ilídio Ferreira sobre essa matéria fez uma intervenção desenvolvida e a Sra. Vice-Presidente depois respondeu, que será a mesma que poderá dar à questão que colocou.

**Vanessa Silva (CDU)** – Senhor Presidente, uma interpolação à Mesa, pode ser? Todos sabem que não sou eleita pelo PSD, mas acho que é um bocadinho desconsideração. Estamos no meio de um ponto a discutir um assunto que foi proposto por um partido e que está na Ordem de Trabalhos e encerramos esse assunto.

**Presidente da Mesa** – Ó senhora deputada, houve a confusão entre comissões da Assembleia Municipal, mas há um ponto de contacto que é o facto de haver uma comissão da Assembleia Municipal para os 50 anos, e o senhor deputado voltou à questão da comissão que foi constituída pelo executivo. Temos é que discutir, de facto, o ponto que está em apreciação.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Só para reforçar o argumento da senhora deputada Isabel Conde e muito pertinente, até pela questão que, por sua vez, também é bastante pertinente da senhora deputada Vanessa Silva. Com um dado estatístico, tivemos, creio eu, 3, 4 Assembleias Municipais em que a comissão que tem exatamente esta área, este setor da Saúde já estava criada. A questão é que, de facto, no decorrer dessas mesmas Assembleias Municipais esta comissão acabou por não tratar de temas que sabemos que ainda se mantêm muito pertinentes. Não só por aquilo que é a linha temporal, daquilo que é uma prevista descentralização de competências numa área bastante complicada, sei que outras também são complicadas, mas esta, em particular já traz uma herança muito, muito, muito pesada e diria até mediática no nosso concelho, não só com as questões do Hospital de São Bernardo, mas várias outras que aqui já foram debatidas diversas vezes. Portanto, a questão desta comissão eventual, acho que honra até

aquilo que tem sido um debate bastante profícuo nesta Assembleia Municipal e que não pode ficar no esquecimento só porque uma comissão tem um nome, porque sabemos que as comissões têm um expediente normal e quando não vêm às vezes da Câmara Municipal as iniciativas podem não ter a mesma força, como de resto já se provou que não tem.

A Comissão existe, tem o nome saúde e, no entanto, não tratou daquilo que são os problemas de saúde que todos conhecemos. Se quisermos honrar aquilo que tem sido um debate muito fervoroso desta Assembleia Municipal e de todos os partidos, ninguém se tem excluído dele, creio que a criação desta comissão é de todo pertinente.

**Anita Vilar (CDU)** – Ando aqui há muito tempo nestas questões da saúde e é sempre algo que me toca muito profundamente. Na verdade, temos uma comissão ligada à Assembleia Municipal que estava ligada, também, às questões da saúde. Fizemos alguma coisa, porque quando foi a época mais aguda do problema, a Comissão reuniu com o diretor clínico.

Não sei, neste momento, como é que está exatamente a questão do Hospital de Setúbal, mas tudo me leva a crer que está na mesma como a lesma. Para mim é uma preocupação muito grande e tem sido uma luta muito grande, e este hospital que foi, ainda é, mas foi um dos melhores hospitais distritais, é muito importante que se diga. Quando vim para Setúbal, vim de Coimbra, uma vez estava em Lisboa e disse que estava aqui em Setúbal e aquilo que ouvi foi que estava num dos melhores hospitais que tínhamos no país. O que é que se tem estado a tentar fazer desde uns tempos a esta parte? É retirar a este hospital capacidades para poder dar resposta a muitas das situações e isso a mim custa-me, porque estamos muito desprotegidos. Há pessoas que me dizem que isto é pessimismo, mas não é, se temos o azar de haver um tremor de terra e a Ponte 25 de Abril ficar impossibilitada de transitar ou mesmo a ponte Vasco da Gama, ficamos aqui sem recursos. Não podemos perder recursos que são extremamente importantes, como a parte de acidente vascular cerebral, a parte do coração, tudo isso, porque são situações normalmente urgentes. Julgo que não é mau sermos preventivos, estamos numa zona de sismos, amanhã ou depois podemos ter, espero que não, mas podemos ter.

Isso é um aspeto e talvez esta comissão, e era isso que propunha, propunha duas questões a esta comissão, é que rapidamente avançassem com a comissão para rapidamente contactarem o hospital e verem a situação em que está, mas não ficar só pelo hospital. Ficar por algo que a mim me preocupa muito e também desde há muito tempo, é a saúde mental deste distrito, esta comissão poderia ser uma impulsionadora, porque no plano de saúde mental, programa de saúde mental nacional, regional e distrital temos, agora andarmos nisto desde 2007, passando de programa para programa e de programa para programa.

A ideia que tenho é que estamos muito mal em termos de saúde mental, quer nos aspetos dos adultos, quer nos aspetos das crianças e sobretudo dos idosos. Só me dei conta de como estão desvalidos, para usar um termo que às vezes brinco, desvalidos os idosos deste concelho e deste distrito, foram as chamadas que tive e já não estava a trabalhar há 5 anos neste período de pandemia, em que me perguntavam o que é que deviam fazer, o que é que deviam tomar, porque as pessoas estavam completamente desamparadas.

Não estou a dizer que tem que ser isso, mas se pensarmos todos e um pouco, juntar-nos e pensarmos, porque é uma comissão, pode e deve pensar junto e ver, neste momento, não faço ideia, mas julgo que só temos uma pedopsiquiatra neste concelho. Sei que as consultas estão a demorar 40 a 60 dias casos urgentes, temos mesmo que dar uma volta a isto tudo. É uma tarefa difícil, vai ser, se calhar, não dura só 6 meses, mas não faz mal, começa-se por 6 meses e depois estende o tempo que for necessário.

Por outro lado, temo muito, muito, muito que a bazuca não chegue à saúde mental. Desculpem dizer assim, porque a saúde mental é sempre a parente pobre da saúde. E, se calhar, é uma boa altura para, também, se implementar serviços que estão há muito tempo consignados, mas que não saem dos papéis. Temos que pensar que a nossa população vai envelhecer cada vez mais, vamos ter necessidade de ter médicos de família que tenham formação nos idosos, de gerontopsiquiatria. Precisamos urgentemente disso, não é só dos miúdos, precisamos dos dois, mas nos idosos é uma falha muito grande não termos gerontopsiquiatras e, portanto, os nossos médicos de família não têm formação nesse campo e cada vez mais vamos vendo pessoas profundamente sós e o suicídio nas pessoas idosas também tem subido,

porque, infelizmente, a sociedade da maneira que hoje está muitas vezes não consegue dar resposta a essas situações.

É bom falarmos em envelhecimento ativo, mas na verdade o Governo não tem nenhum programa para o envelhecimento ativo, quem tem tomado nas suas mãos essa questão são as autarquias. Temos que insistir junto do Governo para que essa questão do envelhecimento ativo faça parte dos programas de trabalho e de formação de todos os técnicos de saúde mental.

**Afonso Luz (CDU)** – As comissões de trabalho desta assembleia podem tratar de todos os assuntos que entendam e que sejam da sua área, sem depender da iniciativa da Comissão Permanente ou de outro órgão qualquer e por isso não percebemos porque é que o PSD não há de levar à comissão esta proposta e a comissão assumi-la como sua e trata-la. Até que nos parece que esta limitação de 6 meses, uma vez que não será em 6 meses que irão ficar resolvidos os problemas da saúde em Setúbal e julgo que isto poderá ser, e muito bem, encaminhado para a Comissão de Trabalho e apresentarmos essa proposta.

Que a proposta em causa baixe à Comissão de Trabalho, para que a assembleia decida assumi-la como sua e executar os trabalhos que aqui estão elencados.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Julgo que a assembleia pode sempre fazer isso, mas com toda a sinceridade chamava só aqui a atenção num tema que é obviamente simples, não temos noção, e parece que já nos esquecemos um bocado da pandemia, estamos todos sem máscaras, exceto a Dra. Anita e mais algumas pessoas aqui presentes, mas a verdade é que a pandemia ou ligeiramente a pandemia, por si só, não retira os problemas de saúde que tínhamos. Há situações que são significativas, são urgentes, são diferentes e não podemos pensar que uma comissão consegue tratar com maior atenção e dedicação que este tema merece, estamos a falar de problemas a nível de rastreamento de doenças, para além de todos aqueles que aqui foram mencionados e que são situações que são circunstanciais de pós pandemia.

Apelava que esta assembleia não enviasse a mensagem errada, face ao seu próprio património e que aprovássemos esta comissão que, de facto, tem uma questão conjuntural, porque estamos ainda a tentar medir e aprender aquilo que é a circunstância pós pandemia. É certo que outras notícias, como a guerra, nos tem retirado muito tempo e atenção, mas a verdade é que se elas não existissem, neste momento, estávamos a tentar olhar para a taxa de mortalidade.

Dou só aqui um facto, porque esta questão é factual, a idade da reforma. A idade da reforma antecipou um conjunto de meses devido à mortalidade, única e simplesmente devido à mortalidade e espera-se que ainda possa vir, se calhar e eventualmente, recuar um pouco mais por causa das consequências das pessoas que tiveram Covid e que ficaram mal tratadas e outras que devido à Covid não foram tratadas, não houve doenças rastreadas. No hospital, na situação crítica que tínhamos, e nos Centros de Saúde, isto merece a nossa atenção. Isto é conjuntural? É! Há problemas estruturais? Há! Mas este é conjuntural e apelava que, de facto, pudéssemos novamente, e sublinho aqui esta questão, herdar o património de debate desta Assembleia Municipal e estamos a conseguir fazê-lo sem discutir posições de partidos e julgo que isto é importante e fica aqui novamente esta sugestão e, perdoem-me senhores deputados, este apelo, que julgo que a população de Setúbal, com certeza, queria o entender como tal.

**Presidente da Mesa** – A bancada do PSD que apresenta a proposta mantém o propósito de deliberação neste momento.

A bancada da CDU que, através das suas intervenções, uma fundamentou a proposta e a outra colocou uma alternativa metodológica de baixar à comissão. Mantém essa proposta ou fazemos a votação direta? Então, vamos colocar à votação esta proposta.

Não havendo mais intervenções, foi aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 28 abstenções, 17 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

**Vanessa Silva (CDU)** – Fez a seguinte declaração de voto: “A bancada da CDU, muito embora acompanhe o conjunto de questões que estão colocadas no conteúdo da proposta, consideraria mais adequado ser a comissão que tem este tema integrado a trata-lo. Ainda assim absteremo-nos para não obstaculizar, naturalmente, a sua criação.”

**Presidente da Mesa** – Depois disto serão solicitados a cada um dos grupos municipais a indicação do seu representante para a criação da comissão e de eventuais substitutos ou especialistas, mas depois será o funcionamento da comissão que decidirá.

5. Deliberação n.º 14/2022/AM - Delib. CM n.º 989/2022 – Concurso Público nº 04/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para Locação Operacional de dois Veículos Elétricos ao abrigo da 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade elétrica na Administração Pública 2ª parte do Fundo Ambiental

**Afonso Luz(CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

**Mário Aranha (PS)** – Congratulamo-nos com este investimento, é o tipo de investimento que defendemos há muitos anos, mas que infelizmente, são escassos. A aquisição de duas viaturas elétricas, para além dos óbvios ganhos ambientais, também óbvios ganhos financeiros, diminui claramente as despesas de funcionamento da Câmara.

Vamos naturalmente votar a favor, não deixamos, contudo, de realçar que são apenas duas viaturas, uma pequena percentagem do Parque da Câmara. Lamentamos a falta de rasgo e ambição da CMS, tanto no combate às alterações climáticas, como na diminuição de despesas correntes. A este propósito recorro a notícia do Expresso, do dia 28 de abril, sobre o sucesso das candidaturas de Lisboa, Porto e Guimarães ao programa “Missão cidades da União Europeia”, para que estas atinjam a neutralidade carbónica em 2030. Estas autarquias mobilizam centenas de empresas, IPSS, Associações Culturais e Desportivas congregando investimentos e apoios europeus de centenas de milhões de euros, e em Setúbal adquirem-se duas viaturas elétricas. Que diferença, mas o caminho faz-se caminhando, que seja este um bom início.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada com unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

6. Deliberação n.º 15/2022/AM - Delib. CM 1231/2022 - Abertura de procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 3.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

**Afonso Luz(CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

**Rita Sereno (PSD)** – A bancada do PSD nada tem a opor à proposta apresentada que contempla a abertura de um procedimento concursal decorrente da aposentação do anterior dirigente. No entanto, constatámos que o júri para o referido procedimento é exatamente o mesmo para os 18 procedimentos concursais para os cargos de direção intermédia de 1º, 2º e 3º grau apresentados na deliberação n.º 3/2022, aprovada em fevereiro deste ano.

Esta deliberação apresenta a mesma formula, ou seja, o mesmo júri, logo no pior dos cenários quando é que este cargo terá um dirigente nomeado? Reiteramos que seria recomendável para o rigor, transparência, credibilidade e até celeridade dos processos de recrutamento e seleção, a nomeação de diferentes júris, onde se garanta, pelo menos, um Vogal que possua competências e conhecimentos nas áreas funcionais dos cargos a prever. Quanto ao dirigente aposentado, gostaríamos de perceber se já tem uma chefia nomeada em regime de substituição?

Aproveitando a oportunidade, gostaríamos também de saber qual é o ponto de situação dos 18 procedimentos concursais aprovados em fevereiro, isto porque o Executivo na referida assembleia referiu que um júri comum a todos os procedimentos iria agilizar os processos, a nossa questão é, agilizou? Os 18 lugares de chefia, com procedimentos aprovados têm dirigentes nomeados em regime de substituição ou não? Quem são as atuais chefias intermédias dos serviços da Câmara Municipal de Setúbal em regime de substituição e há quanto tempo estão neste regime? Na informação fornecida pelo executivo no final de 2021, havia 15 concursos a decorrer, verificámos, também, que em janeiro e fevereiro os concursos continuavam a decorrer e só foram concluídos dois em março. Questionamos se todos estes procedimentos a decorrer desde 2021, também, têm o mesmo júri? Constatamos ainda que, de acordo com a informação trimestral até ao final de março, os 18 procedimentos concursais para chefias ainda nem sequer foram iniciados ou publicados. Assim, gostaríamos ainda de perceber se até à presente data ocorreu algum desenvolvimento nestas matérias ou a gestão de recursos humanos desta autarquia navega à vista e as deliberações aprovadas nesta assembleia, um dia algures no tempo, serão concluídas e se a justificação da burocratização destes procedimentos será o argumento utilizado até à exaustão, mesmo com evidências que, até ao momento e de acordo com a informação apresentada a esta assembleia, poucos ou nenhuns desenvolvimentos ocorreram.

**Vice-Presidente da Câmara** – A informação dos cargos dirigentes que estão nomeados em regime de substituição está disponível e é sempre feita através de despacho do Sr. Presidente, portanto, ela é pública e é divulgada pelos meios da câmara.

Concretamente a este procedimento, tem a ver com a aposentação, como disse, do anterior responsável pelo Serviço Municipal de Bem-estar Animal e foi nomeado em regime de substituição a Dra. Cátia, que é a veterinária que está no Serviço Municipal de Bem-estar Animal há mais tempo.

Relativamente às suas questões, tenho-lhe a dizer que, durante o mês de abril, os recursos humanos da Câmara Municipal tiveram que processar mais 536 salários decorrentes do processo de transferência de competências. Os trabalhadores são exatamente os mesmos que tínhamos de março para abril, estes não foram aumentados, não vieram mais meios do Estado Central para proceder a estas questões que passam pelo processamento de vencimentos, mas por muitas outras questões relacionadas com o facto de termos acolhido 536 pessoas e por isso, tivemos que canalizar o nosso trabalho para essa frente. Os avisos relativamente a estes concursos vão sair, primeiro o despacho do Sr. Presidente na próxima semana e depois serão publicados em Diário da República. Como bem disse, as frentes são muitas, o trabalho é muito, o facto de nos sobrecarregarem com trabalho sem meios para o efeito, é de salientar e é de lamentar, mas estamos aqui para fazer o nosso trabalho, ninguém ficou, como é óbvio, com nenhuma situação por tratar relativamente à transferência de competências, porque foi essa a área que priorizamos, tudo o resto está dentro dos prazos legais e, portanto, vamos proceder à abertura dos procedimentos concursais, à medida das possibilidades dos próprios serviços e daquele que é o trabalho diário que realizam em prol dos seus colegas, trabalhadores deste município e em prol dos setubalenses.

**Paula Soeiro (PSD)** – Não estávamos a prever fazer uma intervenção, mas visto que a Sra. Vice-Presidente tocou numa matéria que não dizia diretamente respeito ao processo concursal. Senhora Vice-Presidente, da minha larga experiência também de gestão escolar, tenho boa consciência de quanto e que é que é necessário para se proceder a vencimentos, controlo da assiduidade, etc., tudo o que faz parte do controlo e aplicação dos recursos humanos nos agrupamentos de escolas. Efetivamente a Câmara Municipal passa a ter de 111 trabalhadores que tinha dedicado à educação e ensino, para 532. Nestes 532, também, convinha referir que estão envolvidos os respetivos assistentes técnicos que, também, nos agrupamentos escolares continuam a fazer os mesmos procedimentos, por isso, uma afirmação do Sr. Presidente em que era necessário muito mais dinheiro, muito mais suporte administrativo para processar salários e todas as tarefas que, por omissão não disse, que estes recursos também tinham transitado para os serviços da Câmara Municipal e, por isso, acho que não é o caso que está aqui em discussão, estamos a falar de um procedimento concursal para um dirigente que nada tem a ver com a área da Educação.

**Vice-Presidente da Câmara** – Normalmente quem diz o que quer, houve o que não quer e isto dá para os dois lados. A câmara não ficou com 532 trabalhadores na área da Educação, a câmara ficou com cerca de 700, entre os quais 92 são assistentes técnicos. Os assistentes técnicos, como é óbvio, na escola continuam a fazer as suas funções que faziam, mas a questão é que todo o processamento tem que vir das escolas para a Câmara Municipal. Quando falamos, não falamos só de processamento, falamos de todas as outras obrigações que estão inerentes, como bem disse, as questões de assiduidade, mas não só, falamos da questão da Medicina no Trabalho, falamos da questão da formação profissional, falamos das questões dos acidentes em serviço, falamos das questões da aquisição de EPIs e de fardamentos. Portanto, falamos de um conjunto muito vasto que, para além de todas as questões que a Câmara Municipal já tratava para cerca de 1600 trabalhadores, agora acumula com estes. É natural e porque não temos só trabalhadores dedicados à questão dos concursos, os nossos trabalhadores dos recursos humanos têm responsabilidades mais vastas, que não se centram só na questão dos concursos, também têm que ter outros procedimentos e foi isso que lhe tentei explicar, por isso é que chamei aqui à discussão a questão da transferência de competências. Foi só para explicar que, durante este mês de abril, os recursos humanos da Câmara estiveram muito virados para a questão da transferência de competências, porque entendemos que, independentemente das questões do processo, nenhum trabalhador poderia ser prejudicado e o processo não poderia correr mal nesse sentido e, por isso, todos os recursos humanos se mobilizaram, as técnicas de Higiene e Segurança no Trabalho, as pessoas que trabalham na formação, as pessoas que trabalham nos vencimentos, etc., e todos os que trabalham nos concursos se mobilizaram para que o acolhimento destes 536 trabalhadores fosse gerido da melhor normalidade possível para que estas pessoas fossem acolhidas e recebidas na Câmara Municipal da melhor maneira.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada com unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

## **7. Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2021**

**Presidente da Mesa** – Sobre isto foi distribuído a todos os senhores deputados o ofício do Sr. Presidente da Câmara informando que a proposta de Prestação de Contas que foi apresentada à Câmara Municipal, foi rejeitada.

Ora, nos termos do artigo 25, número 2, alínea I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Assembleia Municipal apreciar e votar a Prestação de Contas, se a Prestação de Contas tivesse sido aprovada. Não existindo Prestação de Contas aprovada, ficará a Assembleia Municipal, naturalmente, na expectativa de que em momento posterior venha a ser aprovada e possa ser remetida à Assembleia Municipal para ser apreciada devidamente e votada.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Não temos esse entendimento embora compreenda que haja uma impossibilidade prática de proceder à votação e por essa via não se poder votar. Agora, gostaria de chamar a atenção de que a legislação que o Sr. Presidente fez referência, no seu artigo 25, tem dois números, o número um diz “*Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal*”, depois tem um conjunto de competências e no número dois diz “*Compete ainda à Assembleia Municipal*” e não faz referência nenhuma sob proposta da Câmara Municipal. Não nos parece que haja propriamente impedimento se a Câmara Municipal procedeu à apreciação do documento, a não ser que haja impossibilidade prática de ele não ser fornecido, ele existe e se for fornecido, porque é que a Assembleia Municipal não há de apreciar o documento? Esta é a nossa interpretação, admito que tão legítima como a do Sr. Presidente. Também admito e já lhe disse que haja impossibilidade prática se a câmara não fornecer o documento.

Se o legislador não quisesse diferenciar relativamente às competências, aquelas que são independentes de ter ou não sido enviadas sob proposta da Câmara Municipal, se não quisesse diferenciar tinha colocado apenas um único ponto na no artigo 25.

**Presidente da Mesa** – É uma interpretação. É uma questão entre o real e o fictício. Se não há Prestação de Contas, ela não pode vir de outro órgão, de outra entidade, a não ser o executivo municipal. Só o executivo é que pode aprovar as suas contas, se não as aprova como é que a assembleia pode apreciá-las e votá-las? Essas dúvidas existiram durante algum tempo em que a redação era de apreciação, a partir de 2013, ficou esclarecido, apreciar e votar, portanto, a competência dessa lei é para votar as contas, tem que as votar quando elas existem. Enquanto não estiverem aprovadas, é materialmente impossível votar as contas. A assembleia tem competência, é uma daquelas competências limitadas, não pode alterar, é uma das matérias em que a assembleia não pode fazer alterações, pode apenas, havendo contas aprovadas que possam ser apresentadas na assembleia, votar contra e pode recomendar alterações, mas não pode alterar. Significa que materialmente é um documento da competência de aprovação exclusiva do executivo. Se não está aprovado no executivo, obviamente que é absurdo que a assembleia esteja a votar uma deliberação inexistente, aliás, ela existe na negativa e é uma falta de respeito ao próprio executivo municipal a assembleia pôr-se a votar e decidir sobre uma matéria que o executivo rejeitou, com a importância que esta tem que é a Prestação de Contas. Não vejo como é que é possível que a assembleia vá apreciar uma deliberação que não existe. Não há aprovação, não há contas aprovadas, como é que a votamos?

**Afonso Luz (CDU)** – Só deixar aqui algumas notas sobre esta questão. Concordo com o deputado Ilídio Ferreira, a lei, de facto, não é muito clara sobre esta matéria. Há aqui uma impossibilidade prática, não só porque as contas não foram aprovadas e, portanto, não foram remetidas à Assembleia Municipal, mas ainda porque outros instrumentos que, também, nos auxiliam aqui na assembleia a apreciar a Prestação de Contas, estão ausentes. Por exemplo, a Certificação Legal de Contas emitidas por um Revisor Oficial, o que chegou ao executivo da Câmara foi um *draft* do documento, aliás, é o que acontece em todo o lado. Só depois das contas aprovadas é que esse documento, que é fundamental aqui para a nossa apreciação, passará a definitivo e será assinado pelo ROC, que julgo que neste momento nem estará assinado e datado e, portanto, estaremos aqui apreciar contas sem ter a decisão final do Revisor Oficial. Por outro lado, de facto, o executivo deteta que existem anomalias nas contas e substituem-nas por outras, então qual seria o nosso papel? Estávamos aqui a apreciar um documento e a votá-lo e daqui a mais umas sessões iríamos apreciar outro documento e votá-lo novamente, parece-me que isto não faz sentido nenhum.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Quero só esclarecer e dar a seguinte nota. Este é o nosso ponto de vista, mas aceitamos perfeitamente outra interpretação e gostaríamos de dizer que mesmo que eventualmente o Relatório de Contas cá viesse hoje, iríamos propor que ele não fosse votado, uma vez que não foi distribuído atempadamente aos partidos mais pequenos. Tivemos conhecimento dele, por via dos nossos vereadores, e estávamos em condições de votar, mas iríamos propor que a votação não fosse feita hoje, mas dada a impossibilidade prática, estou de acordo com o deputado Afonso Luz.

**Presidente da Mesa** – É uma informação necessária e o ponto está na Ordem de Trabalhos, porque esta é uma das reuniões ordinárias que tem este objeto, o objeto legal de fazer a apreciação e votação das contas quando existem. A realidade é o que é, quando não são deliberadas no executivo é impossível materialmente fazer essa aprovação e se o fizéssemos estaríamos a correr riscos sérios, nomeadamente até de haver uma votação e depois íamos em sentido contrário ao executivo, o que é possível depois de elas serem aprovadas e aqui podem ser votadas em sentido contrário, terem o voto negativo da Assembleia, já o inverso não é possível. Não é aprovado no executivo e imagine-se que se fazia aqui uma maioria para aprovar, qual era a situação? Era um absurdo.

À minha responsabilidade, naturalmente tenho que assumir, em toda a pesquisa que fiz sobre isto não encontrei nenhuma fundamentação para fazer antes de haver deliberação sobre as contas no executivo, que é o único autor daquela Prestação de Contas, daquela deliberação. Não pode ser outra entidade, foi ele que geriu, é ele que tem que apresentar contas. Elas vão remetidas, os trabalhos vão remetidos para o Tribunal de Contas até 30 de abril, muito bem, e o Tribunal de Contas pronunciar-se-á e temos que aguardar sobre a não aprovação das contas e temos que esperar por isso e dirá o que é que está correto, o que é que está incorreto e o que é que se há de fazer.

A Assembleia Municipal tem que aguardar sobre a situação de rejeição de contas, qual é a pronúncia do Tribunal de Contas, nessa altura teremos os dados todos na mão, inclusive a Certificação das Contas do ROC, que ainda não apareceu. Temos que aguardar e também fazer uma outra assembleia, se coincidir com uma ordinária, mas eventualmente será uma extraordinária para apreciação devida das contas após aprovação e com aquilo que for a apreciação técnica ou legal que o Tribunal de Contas irá fazer.

**8. Deliberação n.º 16/2022/AM - Delib. CM 1423/2022 – 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 3ª ao Orçamento da Despesa, 2ª Alteração do Plano de Atividades Municipais e 2ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos**

**Afonso Luz(CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com votos a favor da CDU, PAN e IL, e abstenções do PS, PSD e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

**Mário Aranha (PS)** – Sobre esta proposta, temos de dividir a nossa posição em dois planos, num primeiro plano, obviamente que o Partido Socialista se congratula com todos os projetos que esta proposta de alteração ao orçamento vai permitir, vem totalmente ao encontro de várias propostas apresentadas, desde há vários anos, pelo PS e que finalmente encontraram eco.

Esta assembleia vai estar vigilante e exigir que a sua execução seja exemplar.

Num segundo plano, não deixamos de notar que estamos em abril e esta já é a 3ª alteração ao orçamento, a 2ª alteração ao plano de atividades e a 2ª alteração do plano plurianual de investimentos. Ora em abril confirmamos aquilo que já tínhamos alertado na discussão sobre o orçamento, este que deveria ser o mapa norteador das atividades camarárias é apenas um conjunto de intenções, não é para ser cumprido, mês a mês vai-se alterando. Sem estratégia é impossível a CMS ter um rumo e quem paga é o nosso concelho.

Também achamos estranho que para financiar projetos estratégicos se use saldos de gerência de anos anteriores, sendo investimentos estratégicos, obviamente a CMS deverá usar os meios financeiros e recursos gerados pelas suas receitas. Sendo uma disponibilidade de liquidez com alguma dimensão, o PS Setúbal defende uma solução diferente, usar esta liquidez para uma regularização impactante das dívidas a PME's, lançar um programa especial de apoio a clubes e associações culturais devido à inflação ou financiar um grande programa de desburocratização e simplificação administrativa.

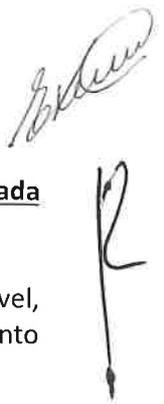
Contudo, como os objetivos desta alteração são válidos e sendo o PS Setúbal um convicto defensor de investimentos com impacto social, ambiental e económica abstemo-nos nesta proposta.

**Afonso Luz (CDU)** – Posso não ter lido a proposta devidamente, mas o que vejo aqui nesta proposta são alterações, basicamente, para o aproveitamento das verbas do PRR e depois há aqui mais a requalificação da Estrada Nacional 10 e do Parque Urbano da Várzea. Não vejo nesta proposta, não sei se o executivo poderá auxiliar, não vejo aqui nenhuma utilização do saldo de gerência, como agora foi dito pelo Partido Socialista, pode-me ter passado.

Julgo que essa utilização só será aprovada quando isso vier aqui à Assembleia Municipal e não consta aqui deste documento.

**Vice-Presidente da Câmara** – Com a não aprovação das contas, não é permitido a inclusão do saldo de gerência, portanto, não poderia vir à assembleia essa proposta.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do PAN, e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.



**9. Deliberação n.º 17/2022/AM - Delib. CM 1455/2022 – Acordo de mutação dominial da estrada EN10-4 entre o KM 15,255 e o KM 21.072**

**Afonso Luz(CDU)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com votos a favor da CDU, PS, PSD, BE e PAN, abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

**António Caracol (PS)** – Uma pergunta muito rápida e direta. Esta transição com a requalificação incluída, consta uma ciclovia, mas não está aí contemplada, porque não encontrei, sei que o projeto é da Câmara, mas não consegui encontrar.

**Vítor Rosa (BE)** – Acompanhamos esta proposta da Câmara, e pegando naquilo que foi indicado pelo deputado do PS, achamos que deveria haver da parte da Câmara o aproveitamento para a implementação de uma ciclovia, uma vez que haverá, neste caso aqui, a requalificação da estrada.

**Vereador Carlos Rabaçal** – Esta proposta teve uma evolução um bocadinho rocambolesca, na medida em que estava previsto o IP atribuir 2 milhões de euros para esta obra, depois discutiu-se com o Governo a possibilidade de juntar mais 2 milhões para complementar as intenções da Câmara. Houve um acordo nesse sentido com o Secretário de Estado da Administração Local, na altura, passado uns meses fomos chamados e o Secretário de Estado da Administração Local e a Sra. Presidente da CCDR informaram a Câmara de Setúbal que afinal os 2 milhões do IP já não existiam e que só existiam 2 milhões do PRR. Ficámos com uma dificuldade em mãos, essa dificuldade teve que ser dirimida com as empresas, estou a falar da Navigator e da Sapec, as quais vão assumir os custos das suas ligações, dos seus nós. O dinheiro sobranter não dava para fazer a obra e a Câmara ia ter que meter 1.200 mil.

Da discussão com o IP, insistimos com o IP novamente e acabou por meter 700 mil euros aproximadamente. Então, o resultado é que a Câmara vai ter que investir aqui 500 mil euros, o que não era previsível nem fazia parte do acordo inicial. O que estava previsto, no acordo inicial, era o IP requalificar a estrada e entregar à Câmara Municipal devidamente requalificada. O projeto municipal envolvia a ciclovia, passeio, arborização, iluminação pública, o tapete e infraestruturas. O dinheiro que estamos a falar dá exatamente para o tapete, infraestruturas e iluminação dos nós, não dá para mais nada. O resto vai ter a Câmara que recorrer a outros fundos comunitários para intervenção urbana que permitam, em termos de mobilidade mais suave, a ciclovia, etc. De qualquer modo há uma discussão com as empresas daquela zona, que entendem que de Setúbal até às Praias do Sado é admissível ciclovia, mas que têm grandes reservas que se possa fazer ciclovia para lá das Praias do Sado, considerando que há riscos reais, em termos do tipo de veículos, o tipo de circulação, o tipo de atividade. É uma discussão que ainda estamos a fazer e a ideia é depois das Praias do Sado, eventualmente, encontrar uma alternativa de mobilidade suave que não por ali. É uma questão que está a ser, ainda, conversada e tratada. Para já, o que temos como garantia é que vamos ter um tapete para um piso industrial, que vai garantir a requalificação integral, a mobilidade em segurança, com novas infraestruturas e com alguma iluminação, o resto vai ter a câmara que ir assumindo.

Do nó da via rápida para cá, está a ser feita negociação com a APSS e também com outras empresas, no sentido de requalificar toda aquela via desde as Fontinhas até ao nó da via rápida, é um processo que não acaba aqui, mas que vai sobretudo resolver o problema onde o tráfego pesado é mais duro e onde é mais necessária essa intervenção.

**António Caracol (PS)** – Obrigado pela explicação. Pelo que percebi é que a ciclovia não está contemplada, para já. Vai-se fazer a obra, vai-se gastar, este *crowdfunding*, o PRR, o IP e Câmara para fazer essa obra, não contemplando, mais uma vez, a ciclovia. Já sabemos que são aquelas obras que não se fazem agora, não se farão, ou então, é o faz e desfaz, que muitas vezes acontece, e que depois sai mais caro.

Para dizer, também, que a questão da ciclovia e das ciclovias tem ficado muito para trás, especialmente na zona de São Sebastião, que é das freguesias que tem maior carência deste tipo de infraestruturas. Dizer, ainda, que constato que esta zona é utilizada já por muitos trabalhadores que utilizam a bicicleta como meio de transporte, mobilidade leve, amiga do ambiente, mas que, como o senhor vereador disse e bem,

por vezes, correm riscos, porque o tráfego que passa nessa mesma estrada não é compatível com a segurança que devia existir com os ciclistas e com os outros condutores, nomeadamente de pesados, e colocam as suas vidas em risco. Daí que essa requalificação poderia ser e era a oportunidade de avançarmos, darmos o passo politicamente e começarmos a fazer mais ciclovias. Essa zona, que é uma zona que em termos de ganho de elevação é quase zero, porque é sempre a direito, e que as pessoas utilizariam para a zona ribeirinha, seja para trabalhar, seja para passear, poderiam utilizar essa mesma ciclovia.

Lamento que, mais uma vez, se perca essa oportunidade de não fazer o investimento devido, zelar e mobilizar mais algum e fazer essa mesma ciclovia, opções políticas da Câmara.

**Vereador Carlos Rabaçal** – É só para uma nota complementar, para dizer ao senhor vereador que o projeto que a Câmara Municipal fez comportava ciclovia, passeios, como referi, arborização, iluminação integral, que custava 5 milhões, só temos 3.300.000, não temos o outro dinheiro, já pedimos 500 mil que não devíamos pôr e o IP tratou esta situação de uma forma inaceitável. Isto é, previu para uma estrada industrial um tapete de 5 centímetros, o que é ridículo, ao fim de 3 meses está partido, está estragado, está rebentado, e disse que é isso que faz habitualmente. Se faz isso habitualmente, faz mal, aquele tapete tem que ter no mínimo 15 centímetros e é isso que vai ter e por isso custa tanto, que é para que dure e seja uma estrada industrial como deve ser. Não fomos na conversa do IP, porque o IP entendia que podíamos fazer ali uma lavagem e estava o problema resolvido, mas isso não funciona assim, não pode ser. Se não há capacidade de fazer o resto é porque o IP não fez a sua parte e o Governo não fez a sua parte, comprometeu-se com a Câmara com 4 milhões e a Câmara Municipal meteria o resto, tinha que ver com a ciclovia e com as outras coisas. A Câmara teve que meter esse resto na via e, por isso é que não há, mesmo assim tiveram que as empresas se substituir ao Governo e fazer os acessos que estavam integrados nesse valor. Se não fosse o apoio das empresas, se não fosse o esforço da Câmara, não havia via nenhuma, quanto menos ciclovias e passeios, portanto, é só para se perceber que as coisas têm o seu contexto e têm as suas responsabilidades.

Tanto que a Câmara por entender que aquela via tem que ser requalificada e bem requalificada e tem que servir o tecido empresarial, com o tecido empresarial está a fazer um esforço de fazer aquilo que o Governo devia ter entregue completamente pronto e não fez. Era só isso que queria deixar claro, que é para não parecer que a Câmara não lhe apeteceu fazer as ciclovias, não faltava mais nada. Mais do que isso, estamos à procura de fundos comunitários, sabemos que eles existem, para modos suaves, como estamos a fazer noutros sítios, vamos tentar fazer aí, mas esse dinheiro podia vir já, não veio porque o Governo não quis.

Calma com isso, não estamos a brincar com esta história e creio que é uma questão muito séria e a requalificação daquela zona é essencial. Como disse há pouco, o que falta das Fontinhas para a frente está a ser negociado para ser resolvido, são muitos milhões e não quero abordar a questão dos milhões, se não, não saímos daqui. São muitos milhões e é preciso mais milhões para o lado de cá e estamos a ver isso com a APSS que está muito interessada na medida em que ela tem uma intervenção profunda no Porto que vai implicar modificações sérias naquela via, o que implica um investimento. Estamos a trabalhar com seriedade e com garantia de futuro para que se possa garantir a tela industrial em condições e em segurança, é isso que interessa.

**Nuno Carvalho (PSD)** – Só uma pequena dúvida, estava a falar num tapete de asfalto de 15 centímetros, estava a falar da estrutura da construção, não só do tapete asfáltico? Das diferentes camadas, pronto. A camada de desgaste é 5. Sou de direito, mas por acaso até essa área compreendo um bocadinho. Era só para perceber essa parte, porque se não, não faria sentido.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

**10. Deliberação n.º 18/2022/AM - Delib. CM 1459/2022 – Proposta n.º 1/2022 – GAVPS/GAVPSD – Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude no Município de Setúbal - RETIRADA**

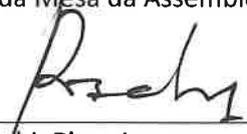
**Presidente da Mesa** – Como foi previamente distribuído, houve a necessidade de retirar esta proposta, porque faltou fazer a audiência dos interessados. Há que fazer essa audiência e depois voltará à Assembleia Municipal. A proposta é retirada a pedido do executivo (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43).

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de abril, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, contém cinquenta e duas folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,

  
\_\_\_\_\_  
Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,

  
\_\_\_\_\_  
Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.*

*Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*